

Comissão da Verdade de Niterói – CVN

Relatório Parcial de Pesquisa e Atividades

Niterói, Junho de 2014

Comissão da Verdade em Niterói

Fernando José Dias (Presidente)

Eduardo Victor Viga Beniacar

Rogério Dutra dos Santos

Rodrigo Mondego

Vereador Leonardo Soares Giordano

Vereador Gezivaldo Ribeiro de Freitas (Renatinho)

Coordenador Executivo:

Renato Almada

Equipe de Pesquisa:

Gabriel Cerqueira (Pesquisador)

Gabriel Naves Freitas

Rayanne Medeiros

Francisco Julião Marins Bedê

Equipe Técnica:

Andiara de Jesus

Teresa Terra Lancini

Sumário

Apresentação.....	3
Introdução.....	4
Capítulo I.....	9
Capítulo II.....	31
Anexos.....	52

Apresentação

O relatório parcial sobre as violações aos direitos humanos decorrentes a movimentação golpista de 64 na cidade de Niterói, capital do antigo de Estado do Rio de Janeiro, apresentado no dia 11 de julho na Câmara Municipal de Niterói, enquanto atividade final da primeira fase do nosso cronograma de pesquisa.

O Ginásio do Caio Martins surge como primeiro estádio prisão da América Latina e também como centro de uma política repressiva aplicada no estado do Rio de Janeiro em consequência do golpe de estado de primeiro de abril de 1964. Com as galerias e celas do DOPS do Rio e da Guanabara, bem como as centenas de presos políticos que ocupavam as dependências da PMERJ espalhadas pelo estado, a solução encontrada para suprir a demanda de prisões preventivas de subversivos em abril de 1964 foi a ocupação do Ginásio do Caio Martins, em Niterói. A situação de superlotação era tamanha que inclusive a Secretária Estadual de Justiça do Estado da Guanabara foi utilizada para apreender os inimigos da revolução.

Introdução

Niterói apresenta-se no contexto nacional como cenário de experiências de repressão e resistências singulares, de maneira que se faz necessário recontar a história da ditadura a partir desses episódios, como um exercício para reificar e esclarecer fatos eclipsados, a exemplo dos mil presos no estádio do Caio Martins em março de 1964, fato que faz cair por terra o mito de que a ditadura só começou a perseguir e torturar seus opositores a partir do AI-5.

Na ocasião, a verdade encoberta pelo silenciamento de operários navais, ferroviários, camponeses e toda a sorte de trabalhadores sindicalizados vem a tona em Niterói: já nos primeiros dias após o golpe, a ditadura orquestrou na cidade uma gigantesca operação da qual pouco se tem notícia, o objetivo era prender e interrogar os mais de mil brasileiros, tendo como foco principal as organizações dos trabalhadores.

O Sindicato dos Operários Navais de Niterói e São Gonçalo, por exemplo, foi atingido de pronto, e ganha relevância fundamental em nossa pesquisa por ser uma das principais organizações do Pacto Unidade e Ação (entre marítimos, ferroviários e rodoviários). Comunistas apoiadores de Jango foram encarcerados no primeiro estádio presídio das Américas, de lá eram levados, um a um, para serem torturados em interrogatórios no Dops e no Centro de Armamento da Marinha. Não surpreende que a cidade tenha sido alvo de tamanha repressão em tão pouco tempo: em Niterói foi fundado o antigo PCB, de forte presença na cidade.

“De fato, os trabalhadores da indústria naval vinham gradativamente ampliando seus direitos que, em junho de 1963, o Contrato Coletivo de Trabalho estabelecido consolidaria como válidos até que o golpe militar de 1964 agisse violentamente sobre a categoria e suas organizações. As principais conquistas dessa época foram: o quadro de carreiras – indicando as etapas da progressão profissional e o salário-base de cada nível; a elevação das taxas de insalubridade a níveis de 35% do salário-base; o pagamento de horas extras a níveis de 100% do valor da hora normal de trabalho; a abolição do trabalho normal aos sábados e aos domingos e a limitação da jornada normal de trabalho a

quarenta horas; a jornada de trabalho diária extraordinária (nos fins de semana e feriados) limitada a oito horas; as férias de trinta dias”. (PESSANHA, 1997)

Já em 1955, a incendiária Revolta das Barcas ateou fogo até mesmo na casa do dono da concessão. A tradição de resistência também deixou marca na história da luta armada. Foi em Niterói que surgiu o primeiro grupamento guerrilheiro do país. Dissidentes de um PCB dilacerado pela repressão, muitos jovens do Partidão se reúnem para fundar o primeiro MR8, e daqui partem para a guerrilha rural em Santa Catarina.

Março de 1964 foi o mês em que as greves explodiram no país, insufladas pelo comício do Presidente João Goulart na central do Brasil. As *reformas de base* estavam em pauta e o movimento sindical compreendeu a necessidade do embate com as forças do capital. Em 31 de março explodia a greve geral dos comerciários de Caxias, com apoio irrestrito dos estudantes secundaristas. A greve lutava pelo reconhecimento da semana inglesa aos sábados, isto é, pela jornada de trabalho de oito horas de segunda a sexta e de quatro horas na manhã de sábado, totalizando 44 horas semanais. Os funcionários da empresa Sul Fluminense, por sua vez, reivindicavam o pagamento atrasado do mês de março, e ameaçavam deflagrar a greve caso o dinheiro não fosse liberado. Com a greve, o Estaleiro ficaria parado. Na sede do Sindicato dos Operários Navais, a voz era claramente política, de greve geral. Seguindo a orientação do sindicato sediado em Niterói, os estaleiros Cruzeiro do Sul, Cia. Comércio e Navegação, CACREN, Saneamento, Tecnal, Literage, Cometa e outros paralisaram as suas atividades. (A Tribuna, 01 abr 1964).

Se o cenário político nacional durante o governo João Goulart era polarizado pelo Partido Trabalhista Brasileiro, de um lado, e a União Democrática Nacional, de outro, no antigo estado do Rio de Janeiro uma estranha aliança entre o PTB e UDN levou Badger da Silveira ao Palácio do Ingá em 1963 – eleição extemporânea em decorrência da morte de seu irmão e ex-governador Roberto da Silveira em um trágico acidente de helicóptero. A polarização da política local se dava em torno das disputas entre o PTB da família Silveira e o PSD de Amaral Peixoto (Amaralismo). Quando Jango foi

derrubado, Badger da Silveira era o único governador (verificar!) petebista no país. Paradoxalmente, é sob a insígnia da Secretária Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro que se forja o primeiro estádio-presídio da América Latina, no Caio Martins. O único governador petebista levava a cabo a prisão de cerca de mil pessoas consideradas subversivos pela *revolução*. O mais irônico é que de uma pequena lista com os principais subversivos de Niterói, produzida no DOPS-RJ, constava o nome do próprio Badger.

Badger foi um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro no estado do Rio, criado em mil novecentos e quarenta e cinco. Exerceu também os cargos de delegado de polícia, secretário de Estado e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Foi vereador em Resende, no Sul do estado, e, após a morte de seu irmão, foi eleito governador do antigo estado do Rio em mil novecentos e sessenta e dois, a época separado do Estado da Guanabara, com apoio de João Goulart. Ao lado de Miguel Arraes e Leonel Brizola, Badger completava a diminuta lista dos governadores de estado presentes no Comício da Central de treze de março de sessenta e quatro, quando Jango anunciara a intenção de realizar as reformas de base. Ao lado de Arraes e Brizola, Badger completa também a lista de governadores de estado cassados após golpe de estado de sessenta e quatro.

O ocaso de sua figura em memória coletiva, sobretudo quando comparado com as presenças marcantes dos outros dois governadores, não se deve apenas ao eclipsamento histórico vivido por Niterói com a fusão dos dois estados ou, anteriormente, pelo papel protagonista da Guanabara no cenário político nacional frente ao Rio de Janeiro. Como Arraes e Brizola, Silveira foi nome persistente na cena local por gerações, mesmo passados 50 anos de sua deposição, e mesmo que nunca tenha *voltado com o irmão do Henfil*. Eduardo Campos é neto de Arraes, *Brizola Neto de Brizola*, Jorge Roberto Silveira é filho de Roberto Silveira, mas nunca foi sobrinho de Badger. As contradições da história do *tio* de Jorge Roberto são significantes para percebermos os riscos e os acertos do conceito de ditadura-civil militar cunhado pelo professor Daniel Aarão Reis Filho.

“Como já ocorreu muitas vezes na história, ao virar as costas para o passado ditatorial e empreender a construção

de uma alternativa, grande parte da sociedade brasileira preferiu demonizar a ditadura vigente nos anos anteriores e celebrar novos valores – democráticos. Tais valores, aliás, segundo diferentes, mas convergentes, versões, nunca teriam sido revogados da consciência nacional. O país fora, pura e simplesmente, subjugado e reprimido por um regime ditatorial denunciado agora como uma espécie de força estranha e externa. Como uma chapa de metal pesado, caída sobre vontades e pensamentos que aspiravam à liberdade.

Assim, em vez de abrir amplo debate sobre as bases sociais da ditadura, escolheu-se um outro caminho, mais tranquilo e seguro, avaliado politicamente mais eficaz, o de valorizar versões memoriais apaziguadoras onde todos possam encontrar um lugar.” (REIS FILHO, 2014)

É o deputado federal fluminense Bocayuva Cunha (PTB-RJ) quem interrompe Auro de Moura Andrade quando ele abria a seção do Congresso Nacional em primeiro de abril de sessenta e quatro para declarar vaga a presidência da República. Antes que Áureo de Moura proferisse o histórico discurso para referendar o movimento golpista, Bocayuva solicitava uma questão de ordem para informar em plenário que o governador do Rio de Janeiro havia sido detido por oficiais da Marinha. Minutos depois, Mazzili era proclamado presidente na vacância de Jango. Dois dias depois, Badger da Silveira estava de volta ao Palácio do Ingá, ao lado de Hugo Campello de Sá, o empossando como novo secretário de segurança, para anunciar a exoneração de todos os comunistas e subversivos dos quadros burocráticos do governo do estado do Rio.

Neste mesmo dia, Hugo Campello de Sá, o recém empossado secretário de segurança, adentrou a sala da presidência da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro para prender o deputado estadual do partidão Afonso Celso Nogueira Monteiro, que usava a legenda do PSB nas disputas eleitorais. Afonsinho, como era conhecido, subira a tribuna da câmara no dia 2 de abril para denunciar a farsa da vacância declarada por Áureo de Moura Andrade, afirmando que o presidente se encontrava no Rio Grande do Sul, ao lado das tropas legalistas, pronto para se defender do golpe em marcha. Do plenário, saiu em direção a escadaria da atual a Câmara de Vereadores de Niterói e

conclamou as centenas de operários navais que ali se reuniam a cerrar fileiras em defesa do governo constitucionalmente eleito. Quando as tropas militares chegaram para dissuadir a manifestação, Afonso Celso sacou uma pequena *garrucha* do paletó e deu dois tiros para cima. Em seguida, refugiou-se na sala da presidência da casa, de onde seria retirado apenas no dia seguinte pelo secretário de estado que Badger empossara. Fora levado ao Dops de Niterói, aonde aos poucos se avolumavam operários navais, camponeses, advogados, sindicalistas, médicos e todos os acusados de subversão e de comunismo. Em poucos dias, as dependências do DOPS estavam lotadas e navios começaram a ser usados como prisão. Sem mais espaços para aprisionar tantos *comunistas e subversivos* na capital do estado do Rio, sob a batuta do trabalhista Badger da Silveira, Niterói inaugurou o primeiro estádio prisão da América Latina, em área nobre e central da cidade: o ginásio do Caio Martins. Exatamente um mês após o golpe de sessenta e quatro, em primeiro de março, Badger fora deposto pela Assembleia Estadual. Castelo Branco nomeou o irmão de Alberto Torres, dono do diário O Fluminense, ainda hoje o principal jornal impresso do estado (fora da cidade do Rio de Janeiro, antiga Guanabara), o general udenista Paulo Torres, como governador do estado.

Capítulo I: O Estádio Caio Martins

Exemplo da ação do aparato repressivo em Niterói, o Estádio Caio Martins, foi usado como prisão imediatamente após o golpe. Na cidade, marcada pela atividade sindicalista, tamanho foi o número de detidos naquele período, que o Estado lançou mão de espaços alternativos para alocar os milhares de presos¹. Foi o primeiro estádio/prisão de que se tem notícia, expediente posteriormente utilizado no Chile, em 1973. O jornal O Fluminense dia 23 de abril de 1964, noticiava em uma de suas colunas, a chamada: “Presos vão para o Caio Martins”. Segundo a notícia, a medida, anunciada pelo Major Jairo Lery dos Santos, recém empossado chefe da Divisão de Polícia Política e Social (DPS), visava encaminhá-los para “um alojamento mais amplo”, com “melhores condições de higiene”, com a alegação de que não havia mais espaço nas prisões e delegacias, todas superlotadas por lideranças intelectuais e políticas de Niterói, que, depois pegadas em suas casas e locais de trabalho, foram transferidas algemadas e debaixo de agressões físicas e verbais para o Estádio. (Figura 1²).

Em edição de 24 de abril de 1964, o jornal A Tribuna também apresenta um dos primeiros registros de utilização do Caio Martins como prisão. Na capa e página 5 do jornal no dia 24/04/64 o Secretário de Segurança, Coronel Hugo Sá Campelo, em uma tentativa de amenizar a violência das prisões, acaba por mencionar, numa das primeiras vezes, a utilização, não só do estádio como Prisão, mas também do Centro de Armamento da Marinha. Campelo afirma que todos os presos estão sendo bem assistidos, “não só assistência aos presos comunistas, mas também aos ladrões [...] Os presos estão tendo assistência de todos os médicos do Estado, tomam banho diários e recebem uma alimentação sadia. Estão divididos entre a Polícia Militar, o Ginásio Caio Martins e Centro de Armamento da Marinha, além dos que aguardam

¹ Além do Estádio Caio Martins, depoimentos dão conta de que foram usados um Galpão Ferroviário no Bairro de Neves, São Gonçalo, e o Navio Princesa Leopoldina, ancorado na Baía da Guanabara.

² Esta imagem nos foi gentilmente cedida pelos pesquisadores da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio), a quem agradecemos todo o apoio dado.

interrogatório na própria Secretaria de Segurança Pública.” (A Tribuna, 24/04/64, página 5. Ver Anexo I).

Consta, em depoimentos, que o numero de presos ultrapassou chegou a mais de 1000. Não obstante, a pesquisa documental realizada no fundo Polícia Política, do Arquivo Publico do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) – onde encontram-se, hoje, a documentação produzida e arquivada dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) do Estado – dá conta de, no mínimo, 339 presos. (Ver no Anexo II, Listagem completa de Presos confirmados no Caio Martins)

Ao nos depararmos com uma rica documentação especifica sobre o Caio Martins enquanto prisão, pudemos traçar algumas linhas gerais sobre seu uso. Primeiramente, fica claro que o presídio Caio Martins tinha presos não apenas de Niterói e São Gonçalo, mas de todo o Estado do Rio de Janeiro.

Figura 1:

Presos Vão Para o Caio Martins

TODOS os presos que estavam recolhidos às dependências da Secretaria de Segurança serão transferidos hoje para um alojamento mais amplo, situado no **Estádio Caio Martins**, em Niterói. Essa medida, divulgada ontem pelo Major Jairo Lery dos Santos, titular da DPS, destina-se a dar melhores condições de comodidade e higiene aos presos que superlotam as dependências da Secretaria de Segurança.

Por outro lado, o Coronel Campello Filho, titular da Secretaria de Segurança, determinou a instalação de um posto médico para atender aos presos que necessitem de assistência, tanto de ur-

gência como hospitalar. O posto entrou ontem em funcionamento, devendo ser instalada hoje uma barbearia, para atendimento dos presos políticos.

Informa a Assessoria de Imprensa da Secretaria de Segurança que as dependências onde ficarão os presos políticos estão totalmente isoladas das repartições públicas e escolas primárias que funcionam também no **Estádio Caio Martins**. O alojamento dos presos ficará totalmente indevassável, o mesmo acontecendo com as instalações destinadas ao banho de sol e exercício dos presos políticos.

ENTREVISTA

O Coronel Huzo de Sá Campello Filho, Secretário da Segurança do Estado do Rio, dará entrevista coletiva à imprensa na manhã de hoje, durante a qual fará uma exposição completa da situação policial do Estado, bem como das diligências que continuam a ser realizadas com o intuito de localizar elementos comunistas e líderes sindicais. A Assessoria de Imprensa da ES informa que os repórteres presentes têm ampla liberdade para a formulação de perguntas.

BADGER

Atendendo a convite do Sr. Macalhões Pinto os Governadores Badger Silveira, Virgílio Távora e Mauro Borges participaram das comemorações da "Semana da Independência", ocasião em que foram tributadas homenagens ao Presidente Castello Branco. Os governadores receberam o Presidente da República no Aeroporto de Belo Horizonte.

COMERCIANTES

Em 14 dias de diligências levadas a efeito pela Delegacia de Economia Popular em todo o Estado do Rio foram presos quarenta comerciantes desonestos, que foram autuados sendo os processos remetidos à Justiça. Entre os detidos estão vários comerciantes portugueses, que correm o risco de ser devolvidos ao seu país de origem. Só com o pagamento das fianças dos 14 dias de diligências, foi arrecadado mais de um milhão de cruzados, importância maior que a metade arrecadada por aquela delegacia em 1963.

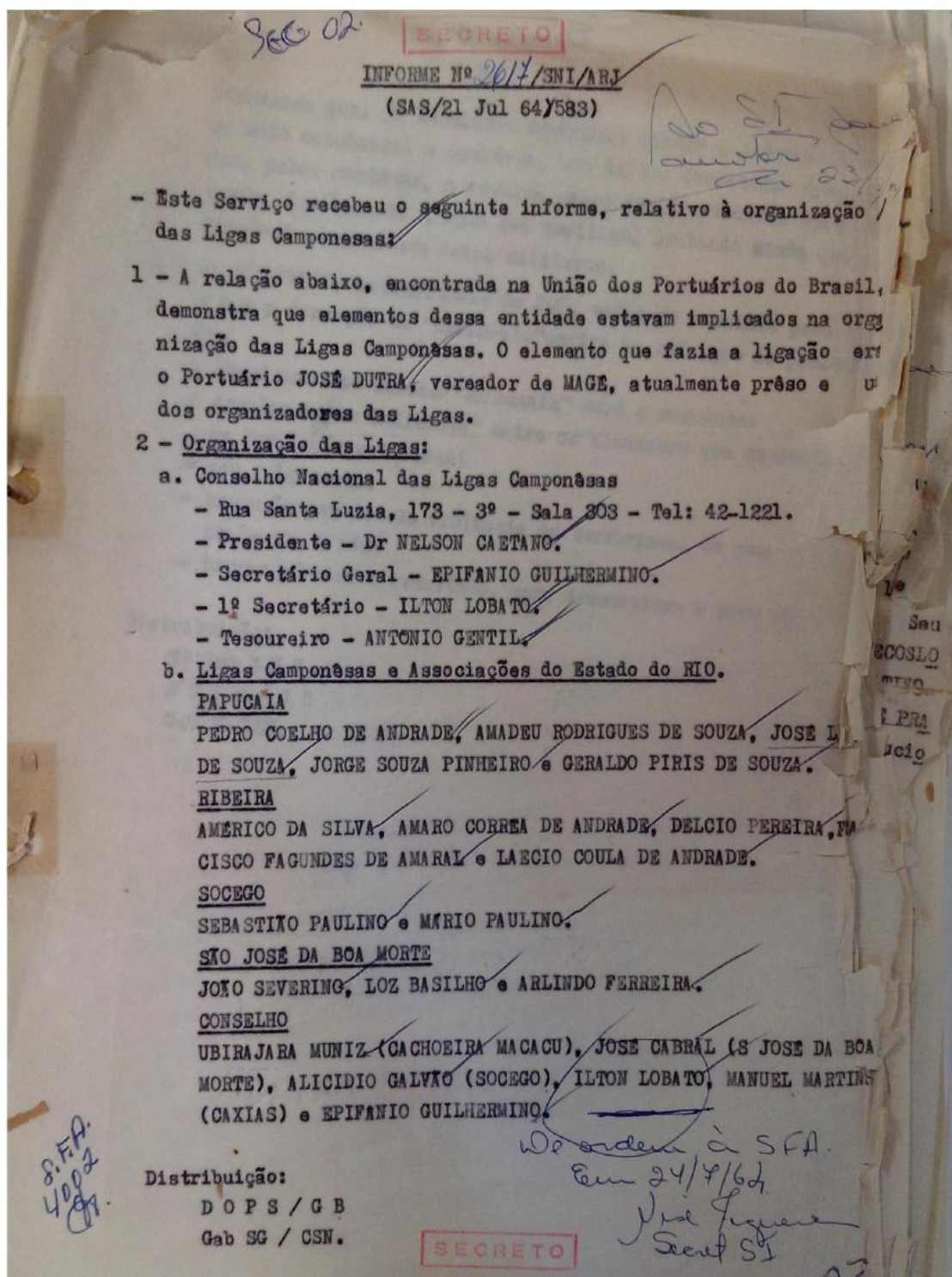
Encontramos registros de presos vindos de Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Cantagalo, Itaboraí, Itaperuna, Magé, Nova Friburgo, São João de Meriti, Silva Jardim, Rio Bonito, Teresópolis, Três Rios, Trajano de Moraes, entre outros. (Ver Tabela 1).

Tabela 1:

Localidades	
Niterói	18
São Gonçalo	9
Cabo Frio	6
Cachoeiras de Macacu	9
Cantagalo	2
Caxias	7
Itaboraí	2
Itaperuna	1
Magé	1
Nova Friburgo	5
São João de Meriti	2
Sapucaia e Carmo	1
Silva Jardim e Rio Bonito	3
Teresópolis	2
Três Rios	1
Trajano de Moraes	5
Total	74

Podemos citar, a título de exemplo, um grupo de camponeses vindos de Cachoeiras de Macacu, indiciados na alvorada da ditadura por ocupações de terras na região de Papucaia. Arlindo Ferreira, Délcio Pereira e Alfredo Alves Barbosa, três lavradores, foram detidos inicialmente em Cachoeiras de Macacu, para, em no mês de maio serem enviados para o Caio Martins, onde estiveram presos até meados de Julho. Na imagem que se segue (Figura 2) apresentamos um informe do SNI (nº2617/SNI/ARJ de 21 de julho de 1964) que registra seus nomes como acusados das ocupações e como tendo ligação com as Ligas Camponesas. Ao final, no Anexo III, expomos o dossiê enviado ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, em maio de 1964, Major Paulo Biar de Souza, acerca das atividades políticas dos camponeses em Cachoeiras de Macacu.

Figura 2: Informe 2617/SNI/ARJ



Observamos também, dada a conjuntura com as perseguições políticas à trabalhadores organizados ocorrida após o golpe de abril de 1964, que várias são as categorias profissionais que passaram pelos corredores do Caio

Martins. Bancários, Ferroviários, Camponeses, Operários Navais, presos na alvorada da ditadura, estiveram presos por lá (Ver Tabela 2).

Tabela 2:

Profissão					
Operários Navais	25	Jornalista	3	Corretor de Imóveis	1
Advogados	14	Médico	12	Estivador	1
Contador	5	Piloto	1	Fundidor	1
Coronel Reformado	1	Bancário	1	Industrial	2
Dentista	2	Professor	4	Inspetor de bondes	1
Engenheiro	6	Serviço de Almoxarifado	1	Lavrador	2
Ex-deputado		Prefeito de Teresópolis Flávio Bortoluzzi	1	Mecânico	1
Francisco Alves da Costa	1	Caldereiro	1	Motorista	2
Farmacêutico	1	Comerciante	1	Soldador	1
Funcionário Público	3			Total	84

Seguindo essa linha, além do caso dos Operários Navais, o mais marcante relativo à cidade de Niterói (e que merece um capítulo à parte), registramos a presença de outras categorias sindicalizadas, como os Bancários, na figura de Afonso Cascon, bancário do Banco do Brasil, demitido após 31 de março e preso sob suspeita de “atividades subversivas”. Cascon aparece em vários dossies relativos à atividade sindical no Estado do Rio, e por sua militância no Sindicato dos Bancários amargou a prisão nos corredores e arquibancadas do Caio Martins. As Figuras 3 e 4, registram a atuação de Afonso Cascon como bancário e sua demissão conforme Ato Institucional. Na primeira temos um informe do próprio presidente Banco do Brasil, Antônio Cruz Saldanha, anunciando ao então diretor da Divisão de Polícia Política e Social do Departamento Estadual de Segurança Pública da Guanabara, Cecil de Borer, sua lista de demissões. Registramos ainda, a menção ao nome de Aluísio Palhano Pedreira Ferreira na lista de demissões. Aluísio consta como um dos desaparecidos na vasta lista de mortos e desaparecidos durante a Ditadura militar.

Figura: 3

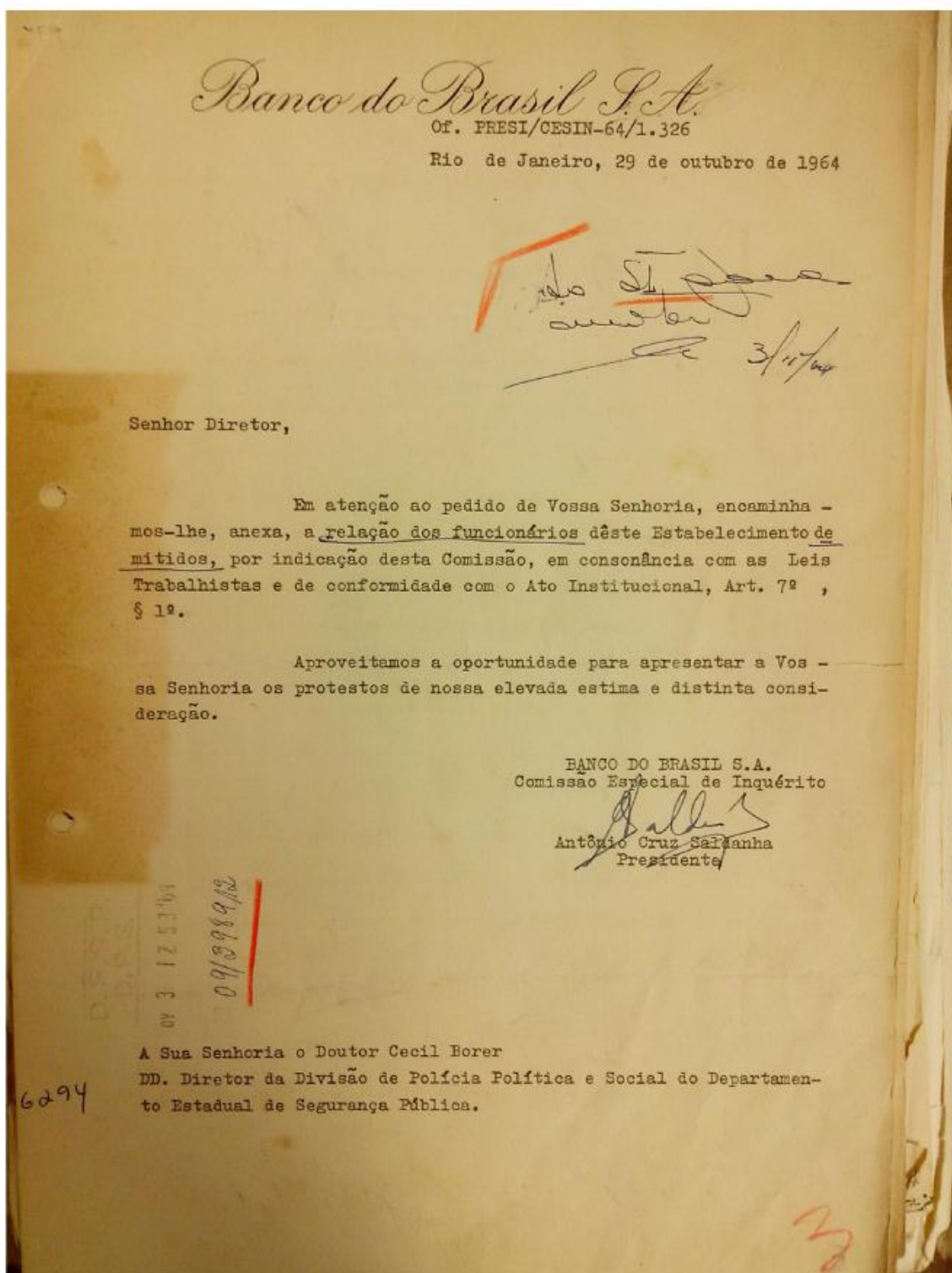
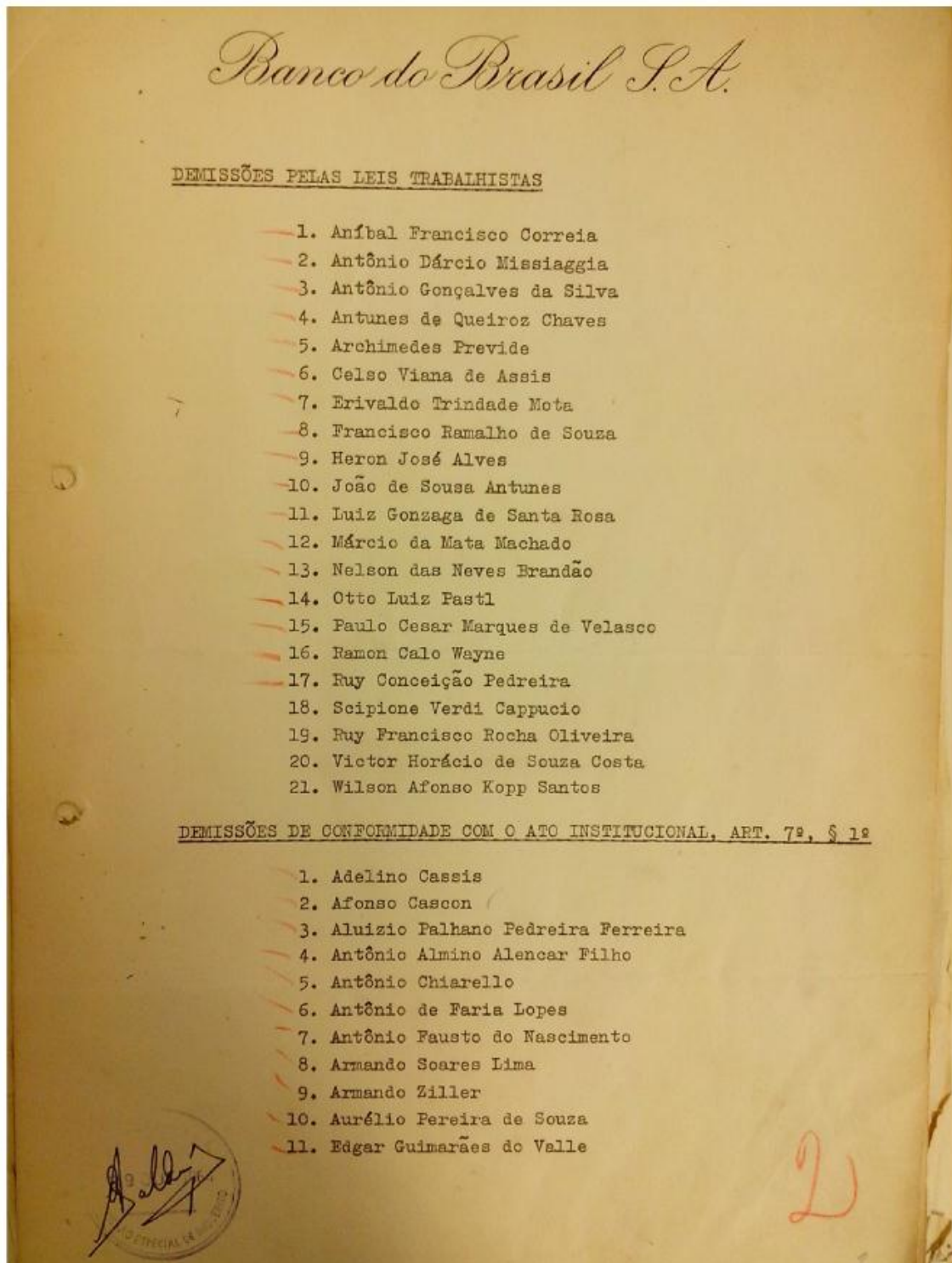


Figura 4:



Por fim, registramos aqui, através das suas fichas de prontuários, a prisão trabalhadores do setor ferroviário também no Estádio Caio Martins. (Figuras 5 e 6)

Figura 5: Prontuário de Antonio Lopes da Silva

73-7-75.

Prontuário N.º

PLANILHA DE REGISTRO

Nome ANTONIO LOPES DA SILVA

Nacionalidade BRASILEIRA

Naturalidade D.FED.-(ATUAL ESTADO DA GUANABARA)

Filho de FRANCISCO LOPES DA SILVA
e de FRANCISCA CÍCERO LOPES

Idade 31 anos. Nasceu em 5 de OUTUBRO de 1932

Estado Civil CASADO Instrução PRIMÁRIA

Profissão FERROVIÁRIO

Residência RUA "O" - Q. 4 - C/10 - GUADALUPE

Motivo

Notas Cromáticas

BRANCA Cabelos CASTANHOS

Olhos CASTANHOS Bigode SIM

Barba SIM Como usa RASPADA

Filiação morfológica e exame descritivo

Altura 1,75 m. Pêso: 70 kg

Fronte: Altura Inclinação

Largura Sobrancelhas

Pálpebras

Nariz: dorso

Base

Boca Lábios Queixo Orelhas

cas particulares, cicatrizes e tatuagens

Assinatura do Identificado

Antonio Lopes da Silva

Identificado em 7 de maio de 1964

Jordácio Villa
Identificador

de 1
de
Fotografia tirada em de

D. F. B. P.
B. P. P.
N.º 3117
ARQUIVO

Figura 6: Prontuário de Haroldo Siervo

PLANTILHA DE REGISTRO

F.S.

Prontuário N.º _____

Nome HAROLDO SIERVO CARDOSO

Nacionalidade BRASILEIRA

Naturalidade ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Filho de JOÃO JOSÉ CARDOSO FILHO

e de BRÍGIDA SIERVO CARDOSO

Idade 30 anos, Nascido em 11 de ABRIL de 1930

Estado Civil CASADO Instrução SECUNDÁRIA

Profissão FERROVIÁRIO

Residência RUA DELFIM MOREIRA Nº 2-CACH. DE MACACU

Motivo _____

Notas Cromáticas

Córis Cabelos _____

Olhos Bigode _____

Barba Como usa _____

Filiação morfológica e exame descritivo

Altura 1, ____ m _____

Fronte: Altura _____ Inclinação _____

Largura _____ Sobrancelhas _____

Pálpebras _____

Nariz: dorso _____

Boca _____

Lábios _____ Queixo _____ Orelhas _____

Marcas particulares, cicatrizes e tatuagens _____

Assinatura do Identificado _____

Identificado em 7 de 7 de 1964

Estado da Guanabara SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEFENDÊNCIA Individual Dactiloscópica - Identificação - HOMENS SISTEMA VUCETICH

REGISTRO N.º _____

SEÇÃO MÃO ESQUERDA

SÉRIE MÃO DIREITA

POLEGARES INDIC

SÉRIE

4921 1964

Fotografia tirada em _____ de _____

Utilizamos tais casos de moto a ilustrar o caráter plural dos presos. Tais fatos, acima apresentados, nos leva, a pensar, dada a pluralidade dos presos, que o Caio Martins funcionou como um grande centro de triagem, de onde os presos de outras unidades prisionais ou que estavam sob inquérito a partir de outra instituição eram detidos. (Ver Figura 7) E de onde eram sacados para prestar depoimentos em outros estabelecimentos da estrutura repressiva, notadamente o DOPS-RJ, localizado na Avenida Amaral Peixoto, do DOPS da Guanabara, situado na Rua da Relação e o Centro de Armamento da Marinha (CAM), na Ponta de Areia. Eram nestes locais que, no correr dos interrogatórios, os presos, não raro, sofriam torturas. Sabemos que, dos 339 presos confirmados do Caio Martins, pelo menos 89 estiveram no CAM, 54 no DOPS-RJ e outros 78 no DOPS da Rua da Relação. Além disso, constam presos enviados de outras instituições. (Ver Figura 7 e Gráfico 1).

Gráfico 1:

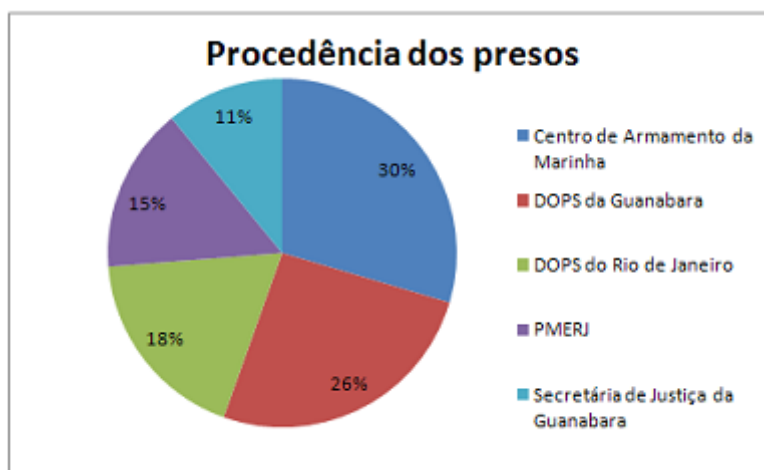
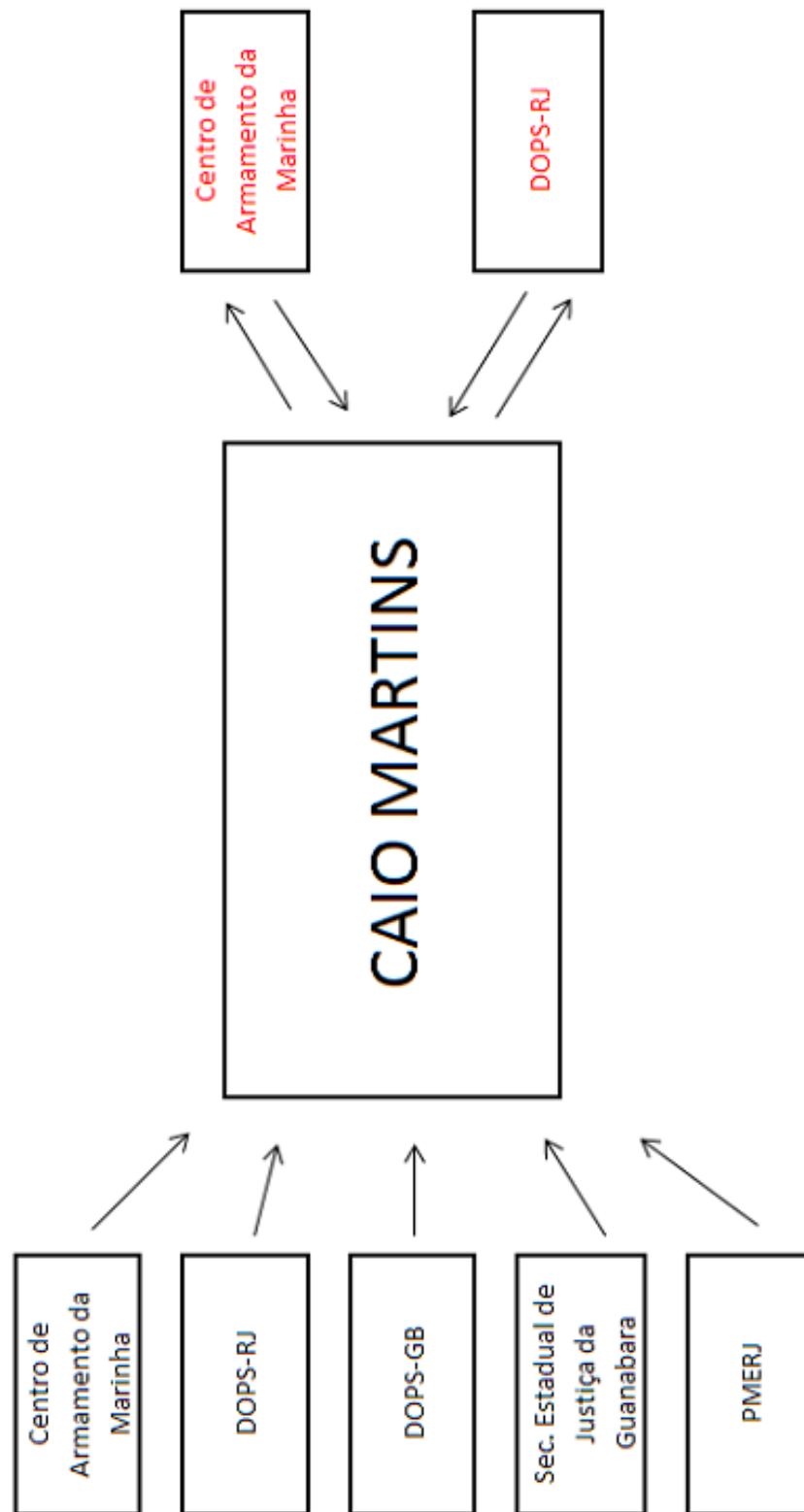


Figura 7:



Sabemos, por hora, que o Caio Martins começa a funcionar como presídio por volta de 23 ou 24 de abril de 1964. Seu tempo de vida como presídio segue até os primeiros dias de julho. Já em 20 de maio, nos informa A Tribuna, o Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio, assina, o alvará de soltura para um grupo de 46 pessoas que estavam presas no Ginásio Caio Martins. A lista foi apresentada, em conjunto, pelos delegados da Ordem Política Social, designados para investigar a situação de cada um dos acusados. (Figura 8) Em 26 do mesmo mês, A Tribuna informou que o DOPS liberou 62 presos que estavam no Ginásio do Caio Martins aguardando o término de seus inquéritos. No dia 02 de junho, a página 6 da edição do dia do mesmo periódico, informou novamente sobre a liberação dos presos, em sua maioria sem nota de culpa, nos vários depósitos de Niterói, a maior parte no Caio Martins. As liberações começaram a se processar numa média de 10 a 15 por dia, chegando a uma lista de 62 presos foi encaminhada ao Secretário de Segurança Pública, sendo assim, postos em liberdade dentro de 24 horas, dependendo apenas da decisão do Major Paulo Biar. Os nomes dos presos não foram divulgados pelas autoridades policiais. Também no CAM (Centro de Armamento da Marinha) ocorre o processo de inquérito administrativo-policia dos milhares de trabalhadores que tiveram participação em movimentos grevistas. (Figura 9).

Ainda no dia 05 de junho, sabemos que a Polícia Fluminense libertou no dia anterior, 04, 110 presos políticos que estavam no Caio Martins, desde os primeiros dias do golpe civil-militar. O chefe da Polícia concedeu liberdade somente aos presos que possuíam mais de 50 dias de detenção e cuja prisão preventiva dependia da Justiça. Foram libertados, em Niterói, 42 presos, numa lista que continha os nomes de Paulo Cesar Pimentel (médico), Tarso de Moura (professor do Liceu Nilo Peçanha), Manoel Martins (advogado sindical), Irênio de Mattos (ex-executor do Plano Agrário) e o engenheiro do SERVE João Quevedo. Sendo os demais operários de diversas categorias. Foram conduzidas para o Interior 68 presos, que serão liberados pelos respectivos delegados. O DOPS forneceu á imprensa a seguinte relação de presos liberados: Niterói – 42; Nova Friburgo – 14; Cantagalo – 1; Nova Iguaçu – 4; Caxias – 7; São João de Meriti – 3; Miguel Pereira – 1; Itaboraí – 8; Rio Bonito - 6; Araruama – 1; Cabo Frio – 3; Macaé – 6; Campos – 5; Magé – 3. A Tribuna

informou que chegou no dia anterior, 04, mais presos á Niterói, entre eles o Delegado da Polícia Hélio Estrela, que foi encaminhado ao Caio Martins, e o Padre Aníbal que há vários dias estava detido na Guanabara e encaminhado ao DOPS (Figura 10)

Essas notícias d'A Tribuna são confirmadas pelos registros documentais encontrados nos arquivos do DOPS, no APERJ. Dentre os muitos registros de liberação, expomos dois, de 9 e 26 de junho de 1964, mostrando bem o paulatino esvaziamento do Caio Martins, enquanto presídio, ao longo do mês de junho (Figuras 11 e 12)

Figura 8:

Polícia Liberta Presos e Esposas Fazem Passeata

O Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio, assinou, na tarde de ontem, o "alvará de soltura", para um grupo de 46 presos, que se achavam recolhidos ao Ginásio de Caio Martins, sob suspeita de exercer atividades subversivas.

A lista de inocentes foi apresentada, em conjunto, pelos delegados da Ordem Política Social, designados para investigar a situação de cada um dos acusados.

PASSEATA

Ao mesmo tempo, em que o Chefe de Polícia, concedia liberdade aos detidos na gestão relâmpago do Cel. Sá Campello, cerca de 80 mulheres, calculadamente, esposas e filhas de presos políticos, tentaram organizar uma passeata — que seria chamada "passeata da fome" — a fim de fazer apêlo ao Governador Paulo Tórres, no sentido de que fossem libertados os seus espôsos, irmãos e parentes. Aconselhadas, preferiram ir ao Gabinete do Major Paulo Biar, que através de seus assessores, prometeu fazer justiça com relação a situação de cada um dos detidos.

APELO AOS PATRÕES

Através da imprensa, os oficiais de Gabinete da SSP, faz apêlo aos industriais e patrões de modo em geral, que tenham empregados detidos, para que não suspendam os pagamentos salariais dos mesmos, até que a Justiça se pronuncie. Afirmaram os assessores do Major Biar, que dezenas de homens acusados de exercerem atividades subversivas, estão sendo postos em liberdade, já que nada consta contra eles. Daí, o apêlo, para que não tomem medidas punitivas sem que antes tomem conhecimento da situação de cada um dos seus empregados, que por razões diversas, se acham sob investigação policial.

Concluído Sistema Distribuidor Boa Vista-São Fidelis

O sr. Emygdio Maia Santos, presidente da Empresa Ibero-Americana, informou que a eletrificação do sistema de distribuição renovador da linha de Boa Vista-São Fidelis.

Por outro lado, aquela fonte disse restar, apenas, a subestação rebaixadora, que depende do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem para sua localização definitiva.



Figuras 9 e 10:

Figura 11:

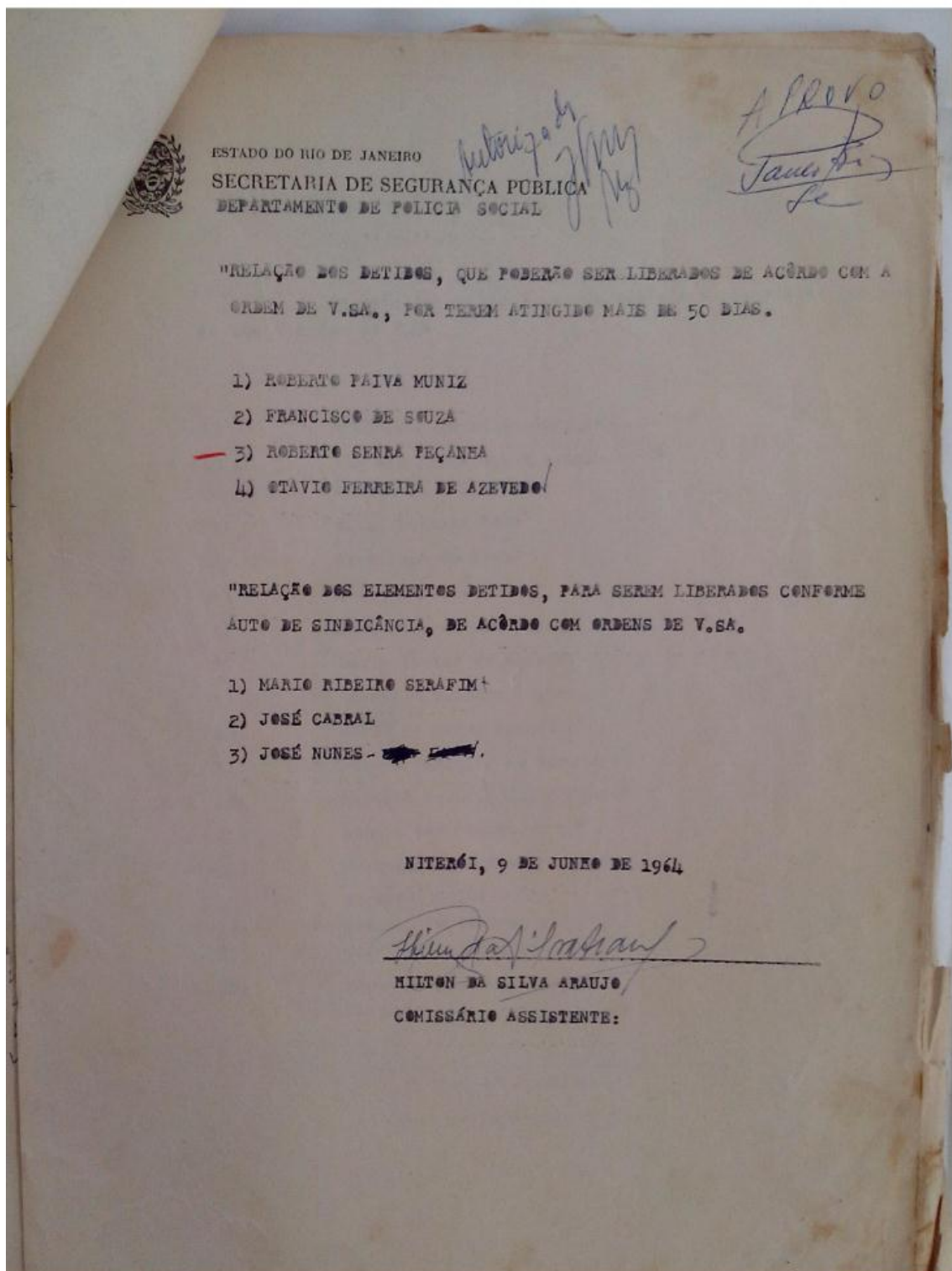
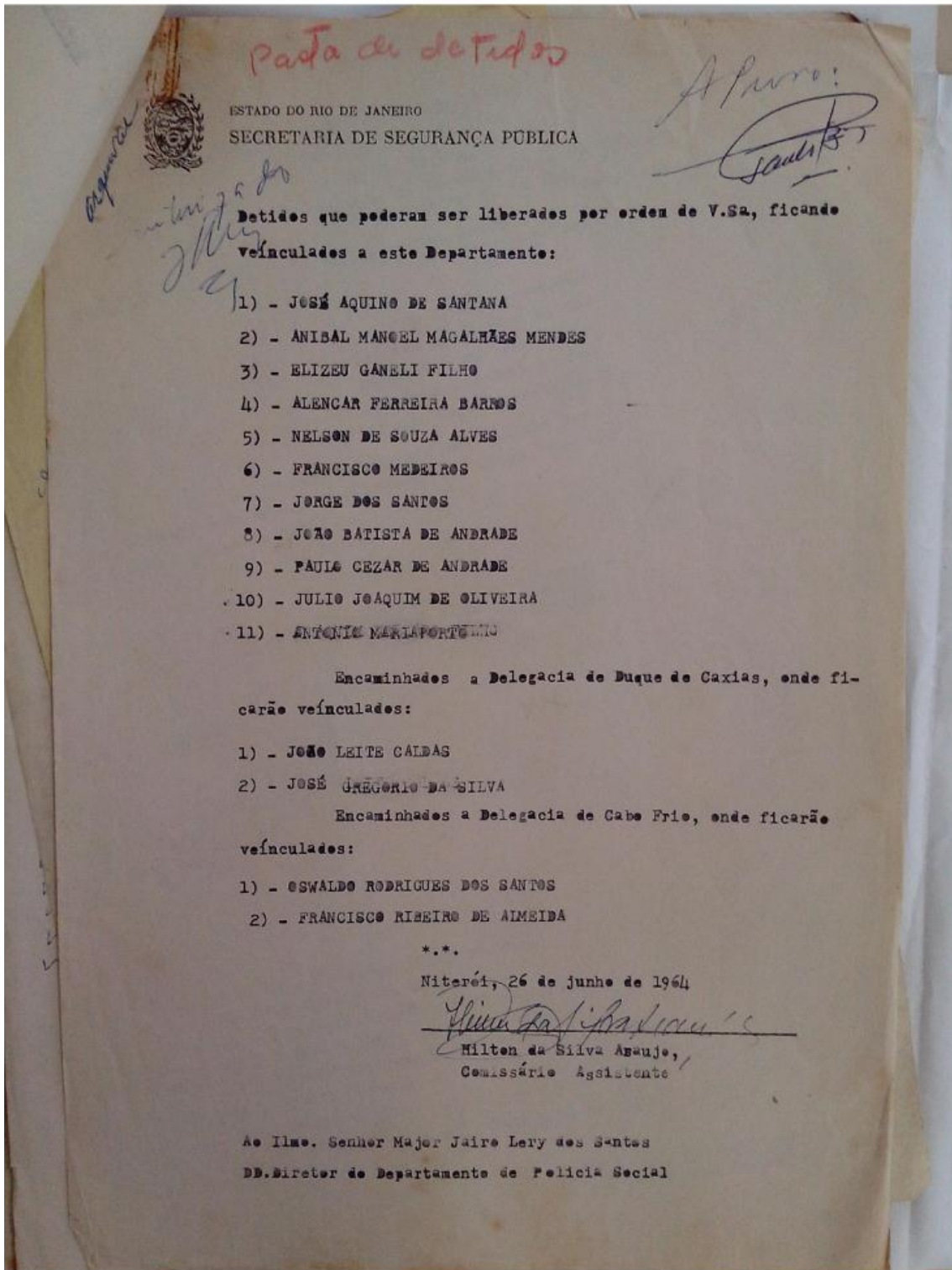


Figura 12:



Sabemos que, até o momento, as forças armadas mantêm a versão de que o Caio Martins não foi utilizado como presídio. Sendo assim, a pesquisa realizada pela Comissão da Verdade em Niterói desfaz essa tese. No organograma (Organograma 1) a seguir explicitamos a cadeia hierárquica que comandou o presídio Caio Martins. Embora comandando pelas forças armadas, notadamente o exército, o presídio Caio Martins esteve sempre ligado ao Departamento de Ordem Política e Social e à Secretaria Estadual de Segurança Pública, como fica claro nos cabeçalhos da documentação já apresentada. Na imagem acima, por exemplo, (Figura 12) fica explícita utilização do estádio como um presídio do Estado do Rio de Janeiro. Os pedidos de liberação são sempre encaminhados ao diretor do DOPS, Major Jairo Lery dos Santos e, em última instância, como fica claro nas notícias d'A Tribuna, ao Secretário de Segurança Pública do Estado.

Na documentação a seguir, vê-se que o Caio Martins teve, pelo menos, três diretores responsáveis. Dois deles, ao menos eram militares: o 1º tenente Rafael Pereira Serieiro (Figura 13) e o Capitão Homero Barreto (Figura 14). Também esteve, por um tempo, a frente do presídio o Comissário Domingos da Veiga Fernandes (Figura 15)

Por fim, cumpre notar que o caso específico do Caio Martins não tem uma importância grande apenas para as cidades de Niterói e São Gonçalo. Além de ser o primeiro estádio a ser usado como presídio que se tem conhecimento na era moderna, a situação específica de seu uso condensa as características da repressão e perseguição políticas ocorridas após o golpe de 1964. Os presos no estádio, para além de suas filiações político-partidárias, compõe, majoritariamente, setores dos trabalhadores organizados de todo o Estado do Rio. Não é a toa que o caso mais expressivo que envolve o Caio Martins esteja referido aos Operários Navais. Se é correto pensar que o golpe de 1964 foi uma articulação de forças conservadoras para atacar o desenvolvimento social pretendido com o trabalhismo e que foi um golpe, num primeiro momento, direcionado a acabar com as organizações de trabalhadores, podemos, sem medo de incorrer em exageros, afirmar que a história do Caio Martins tem uma importância para além de Niterói e São Gonçalo. É um caso que condensa em si elementos que trazem reflexões sobre a conjuntura do Golpe de maneira ampla.

Figura 13:

SM

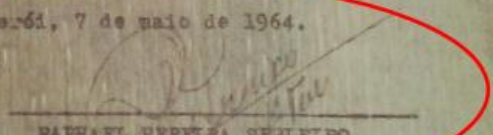
PRESÍDIO CAIO MARINHO

MOVIMENTO GERAL DE PRÊSOS NESTE GINÁSIO DESDE O DIA 20 ABR ATÉ A PRESENTE DATA:-

Total de prêsoas que já transitaram neste presídio.....	337
Total recolhido em prisão comum.....	293
Total recolhido em prisão especial.....	44
Total de prêsoas comuns já encaminhados à D P S	43
Total de prêsoas especiais já encaminhados à D P S.....	5
Total de prêsoas que já prestaram depoimento.....	173
Total de prêsoas que já prestaram depoimento e continuam recolhidos a este presídio.....	152
.. sendo: .. prêsoas comuns.....	138
.. prêsoas especiais.....	14
Total de prêsoas comuns a serem inquiridas.....	112
Total de prêsoas especiais a serem inquiridas.....	25
Total de prêsoas existentes na presente data:.....	289
.. sendo: .. prêsoas comuns.....	250
.. prêsoas especiais.....	39

. . . I X X . . .

Niterói, 7 de maio de 1964.



RAPHAEL PEREIRA SEMEIRO
1º Ten Diretor do Presídio

DAL/.

Figura 14:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA SOCIAL
DELEGACIA DE POLÍCIA SOCIAL

Mem. Niterói, 19 de maio de 1.964

Sr. Capitão:

A fim de ser recolhido nesse
presídio, na Seção Especial, encaminhe-lhe o Pro-
fessor JORGE GANDRA MENDES, que permanecerá à dis-
posição desta Delegacia.

*Recem
Em 19/5/64
Archie J. ten
La Rio
Of. de Dia*

Saudações

[Signature]

Wilson da Silva Jardim

Delegado

Ilmo. Sr. Capitão HOMERO BARRETO

DD. Diretor de Presídio de Estado Cade Martins

Figura 15:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA SOCIAL
DELEGACIA DE POLÍCIA SOCIAL

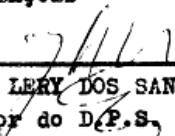
Memo.S/n.

Niterói, 6 de maio de 1964.

Senhor Diretor.

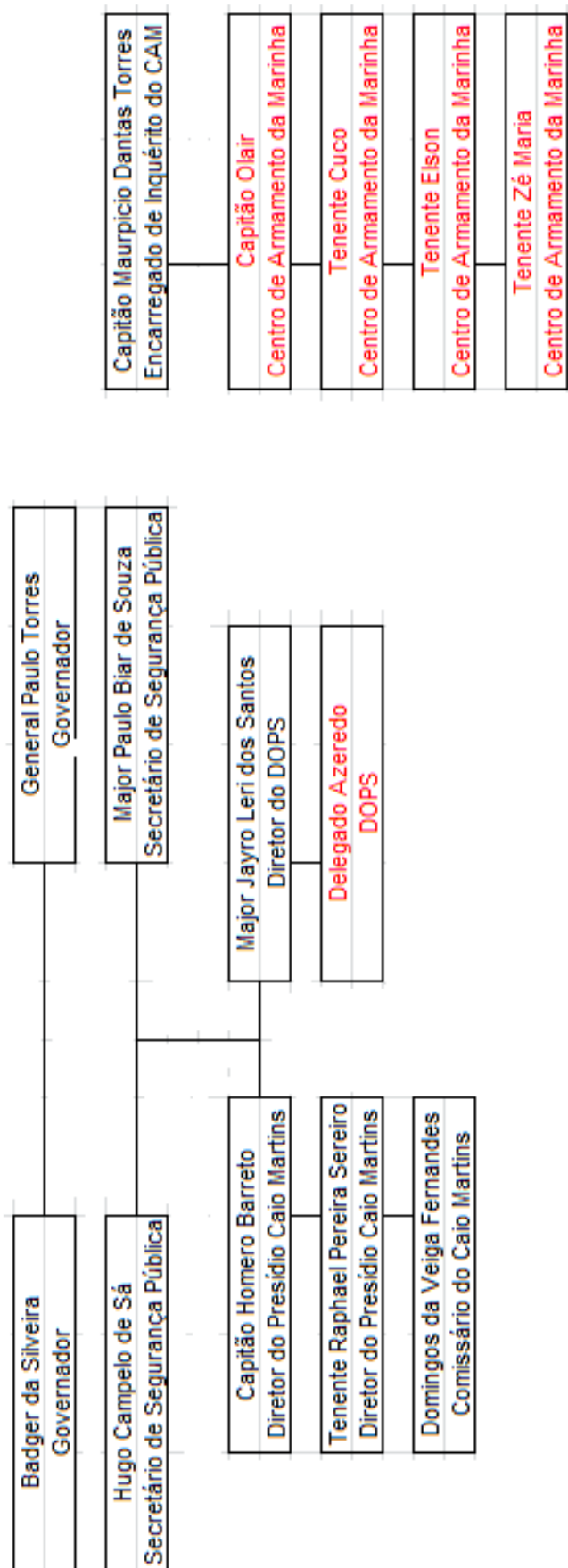
Pelo presente autorizo ao portador a retirar desse PRESIDIO o prôso NILTON TELXEIRA BASTOS, o qual deverá ser encaminhado ao Quartel da ID/1, onde o mesmo deverá prestar depoimento.

SAUDAÇÕES


Major JAIRO LERY DOS SANTOS
Diretor do D.P.S.

Aos Senhor Comissário
DOMINGOS DA VEIGA FERNANDES.
Encarregado do Prisdio do Estadio Caio Martins
NESTA

Organograma 1: Cadeia hierárquica da estrutura repressiva na conjuntura do Golpe de 1964, em Niterói



Capítulo II: Niterói, o Golpe e a repressão aos trabalhadores: os Operários Navais.

Por terem sido umas das categorias de trabalhadores mais afetadas em Niterói e São Gonçalo, escolhemos trabalhar individualmente com os Operários Navais. Seu sindicato, que foi uma dos principais focos de articulação e luta política durante a década de 50 e 60, teve sua sede invadida e destruída logo no primeiro dia do Golpe. Além disso, seus dirigentes sindicais foram presos e tiveram seus registros de trabalhos cassados. Toda a cúpula sindical esteve presa no Caio Martins e somando estes, estiveram, no total e até onde pudemos verificar, segundo os documentos encontrados, mais de 20 Operários Navais, tendo sido a categoria mais representativa, dentre os presos do Caio Martins. Além disso, foram destes que tivemos os depoimentos mais contundentes relativos às violações dos direitos humanos, ocorridas sob interrogatórios, já no primeiro ano de ditadura.

Depoimentos:

Benedito Joaquim dos Santos (presidente Sindicato dos Operários Navais do RJ durante a eclosão o golpe de 64) em depoimento reservado à Comissão da Verdade em Niterói:

Benedito inicia seu depoimento relatando que estava numa reunião na sede do sindicato quando se tem notícia do golpe. A sede do sindicato é invadida imediatamente após o golpe (noite de 1 de abril). Diretoria já havia sido avisada que isso ocorreria, e o aviso é que os membros deveriam procurar um lugar seguro para se esconder.

“(...) só que estava cheio de gente... gente nas ruas próximas... a sede cheia de gente, de trabalhadores... Mas nós tivemos que sair, com a certeza de que a intervenção aconteceria, como aconteceu (...)”

Relata também que, após sair da sede, passou a noite na casa de uma família em São Gonçalo junto com mais três dirigentes sindicais. De madrugada saíram dessa casa e foram para um sítio em Itaboraí. Seis dias após o golpe, é preso durante uma madrugada, juntamente com os demais dirigentes, nesse mesmo sítio que estava se abrigando. É levado para a sede do DOPS na Amaral Peixoto.

“Nós todos fomos presos no sítio... Presos pelo DOPS, né (...) De lá fomos transferidos para a sede do DOPS, que se situava na Av. Amaral Peixoto.”

Conta que, chegando na sede do DOPS, é torturado (corredor polonês). No dia seguinte é levado para o CAM (Centro de Armamento da Marinha), localizado na Ponta da Areia.

“(...) na medida que nós íamos passando para a cela, um cubículo, o pau comeu.. Fomos barbaramente espancados... De lá, no dia seguinte, fomos transferidos para o CAM.”

No CAM, sofreu mais tortura que no DOPS (teve a cabeça afogada num tanque de lava roupa, recebeu queimaduras de cigarros nas nádegas, espancamentos resultando em sangramento, fraturas e quebra de ossos do rosto...). Durante as sessões de tortura, era perguntado sobre onde estavam as armas do sindicato.

“(...) tivemos a cabeça afogada num tanque de lavar roupa cheio d’água e o pau comeu, né... Colocaram várias vezes cigarro aceso nas nádegas para que nós disséssemos onde se encontravam as armas do sindicato... Fomos espancados a ponto que quebraram meu queixo e minha camisa ficou totalmente molhada de sangue, né...”

No dia seguinte de manhã, no CAM, é levado para o Presídio Frey Caneca de lancha, juntamente com outros presos. Primeiramente foram levados ao cais do Arsenal da Marinha, depois foram levados para um carro da

polícia (fechado) onde foram conduzidos para o Presídio Lemos de Brito. Foi, então, internado num hospital para tratar das feridas da tortura. Após 5 ou 6 dias foi levado para cubículos individuais onde ficou mais de um mês. Benedito relata, por fim, que após essas passagens por esses locais no Rio de Janeiro, é levado para o presídio do estádio Caio Martins, localizado em Niterói.

“(...) Nos conduziram para a Lemos de Brito, antiga prisão que se situava na Frey Caneca. Lá me internaram no hospital do presídio para tratar das feridas provocadas pelo cigarro aceso nas nádegas. Depois me levaram para cubículos individuais, assim como os outros presos. Após mais de um mês nesse cubículo, nos levaram para o Caio Martins.”

Ficou no presídio do Caio Martins juntamente com centenas de presos. Frisou a respeito das condições desumanas do presídio, em especial a comida que era preparada de modo precário, muitas vezes estragada, fazendo com que grande parte dos presos passassem mal e apresentassem problemas fisiológicos constantemente. Apontou também como perversidade a ordem do exército de que para cada preso havia um soldado com um fuzil apontado para o preso durante a realização de suas necessidades fisiológicas no banheiro, muitas vezes fazendo com que os presos não conseguissem realizá-las.

“O exército coloca para nós, para cada preso, um soldado com fuzil e baioneta... nós não podíamos fechar o banheiro, nós tínhamos que ocupar o vaso sanitário de porta aberta, com o soldado com fuzil apontado para a nossa cabeça... eu e muitos outros não conseguíamos realizar nossas necessidades preocupados com os soldados muito jovens e inexperientes com os fuzis apontados...”

Foi solto após um período aproximado de dois meses preso no Caio Martins. A partir de então, teve de, várias vezes por semana, ao DOPS assinar seu nome para que a polícia tivesse controle sobre sua presença no município. Isso durante seis meses.

Relatando o que ocorreu após sua saída da prisão, Benedito conta que após ser solto tomou conhecimento, quando pode conversar com seus companheiros de sindicatos, que a sede foi destruída e devassada. Os móveis foram destruídos e roubados, os documentos foram levados e também destruídos.

“Os militares, quando invadiram o sindicato, eles pegaram tudo que puderam quebrar, quebraram a sede e pegaram e levaram pra casa tudo que puderam levar: móvel, cadeira, pia, lavatório... Fizeram uma devassa.”

Destacou, por fim, que toda a diretoria foi presa após o golpe, assim como centenas de líderes na base. A maioria foi demitida de seus empregos, deixando suas famílias na miséria. Encerra o depoimento afirmando que a ditadura foi um período nefasto na história do país, que o que considera mais importante não é a punição dos responsáveis, mas sim esse passado tornar-se conhecido para que isso nunca mais se repita.

Walter Batista (operário naval e delegado sindical à época da eclosão do golpe de 1964) em depoimento reservado à Comissão da Verdade em Niterói:

Walter inicia seu depoimento narrando sua trajetória de vida até se tornar operário naval. Conta que aos 14 anos entrou no Senai, que tinha convênio com os estaleiros, nos quais os alunos trabalhavam no estaleiro e faziam o curso durante um período de 2 anos. Em 1954 entra para o Senai e em 1956 entra de vez como trabalhador do estaleiro.

Logo que se torna operário naval conhece os conselhos sindicais e passa a atuar no PCB (aos 16 anos). Chegou a participar de mobilizações para algumas greves dentre outras mobilizações. Conheceu Benedito dos Santos, futuro presidente do sindicato, no Estaleiro Mauá Comércio e Navegação. Participaram juntos de diversas mobilizações sindicais. Conta que nesse período foi demitido após confrontar um trabalhador de cargo superior que furava uma greve. Por conta de mobilização do sindicato junto à empresa,

consegue que a demissão seja desfeita e, ao invés disso, é transferido para o estaleiro Eletrovap. Isso em 1962.

Em 1963 se torna delegado sindical na Eletrovap onde passa a atuar e, na eclosão do golpe, quando houve a notícia, estava numa reunião no sindicato:

“- Após saber da notícia cada um foi para o seu destino e eu fui para casa”.

Walter conta que foi para casa por acreditar que o golpe não seria de fato efetivado e tomaria o curso que tomou:

“(...) porque a nossa tese era de que o Exército era formado por filhos de operários, e não acreditávamos que esses filhos de operários fossem contra eles. Então nós não acreditávamos que o golpe fosse para frente.”

Conta a seguir que quatro dias depois do golpe, no dia 5, retornou para o setor de trabalho no dique flutuante do estaleiro. De lá via as lanchas da marinha rondando os estaleiros. No dia 7 de abril, sete dias depois do golpe, uma lancha de fuzileiros navais atracou em seu lugar de trabalho, falou com o responsável do setor que apontou aos fuzileiros quem era o Walter. Foi levado para a lancha juntamente com mais dois companheiros.

“(...) Foram falar com o responsável do dique flutuante, que eles não me conheciam, não conheciam ninguém! Só tinham apenas os nomes. Então o responsável do dique flutuante me apresentou a eles (...), me botaram diretamente no porão e entrou mais dois companheiros, o Orlando Dias e o João de Deus.”

Rodaram na lancha até por volta das 6 da noite, onde aportaram na Ilha de Mocamguê e na Ilha do Viana, onde mais companheiros foram recolhidos. Walter relata em seguida que ele e os demais companheiros recolhidos foram levados para o CAM. Colocaram os outros companheiros num determinado

compartimento, juntos, e Walter ficou isolado em outro compartimento, sozinho. Foi levado, após algumas horas, para a beira do cais onde foi interrogado a respeito de armas do sindicato. Negou conhecimento de armas. Após isso, é levado de volta para a cela durante uns 30 minutos. Depois é levado para o alto comando, onde foi colocado frente de um oficial “cheio de medalhas na roupa” e rodeado por outros fuzileiros navais. Foi perguntado novamente por armas. Disse que não havia nada a confessar e que não tinha ou sabia de armas. Diz que levou alguns tapas e agressões do gênero. Foi levado novamente para o compartimento.

“Me isolaram, me botaram sozinho em outro compartimento (...) Depois me pegaram, me botaram na beira do cais, e começaram a me interrogar. Com os fuzileiros navais na minha frente e eu de costas para o mar. Me interrogaram procurando armas, querendo saber das metralhadoras (...) Eu pensei assim ‘esses caras não sabem de nada(...) Estão querendo coisa que eu não tenho”

Narra que, posteriormente, um carro do DOPS o recolheu do CAM e levou-o para o DOPS. La estavam muitos companheiros conhecidos. Destacou que um desses companheiros estava totalmente ensanguentado, havia sido torturado. Conversou com seus companheiros a respeito das coisas que haviam ocorrido. Destacou também que um dos seus companheiros tentou suicídio sem sucesso nessa noite.

“Chegou no DOPS, o DOPS estava cheio de colegas. Quando eu cheguei no DOPS, o Waldemiro Cruz, que era nosso delegado sindical, tinha sido vereador em Niterói, era operário naval, estava chegando na cela que nós estávamos todo ensanguentado (...) Quando chegou estava totalmente ensanguentado.”

Walter diz que do DOPS foi levado novamente para o CAM juntamente com os outros companheiros, onde ficaram num depósito, um galpão grande, “igual uma catacumba”. Não tinha coberta, não tinha banheiro, não tinha nada. Eram acompanhados por fuzileiros para ir ao banheiro. Segue dizendo que do CAM

foi levado para o Caio Martins. Destaca que na prisão do Caio Martins se sentiu mais à vontade, porque ali estavam muitos companheiros e, como o presídio não tinha “muito preparo”, cada um podia ficar no seu canto e podiam conversar.

“Foi uma prisão que, digamos assim, que eu me senti mais à vontade, porque ali estavam muitos companheiros. Nas outras que nós estivemos ficávamos isolados, e ali no Caio Martins nós ficamos pelos cantos ali na arena, um do lado do outro conversando (...) apesar deles terem levado também alguns marginais para o Caio Martins, mas eles ficavam separados desses criminosos por uma corda e os policiais não deixavam os marginais virem para o nosso lado.”

Depois foi novamente levado para o DOPS. “No DOPS fizeram novos interrogatórios e nos libertaram.” Walter relata então que, após esse período de prisão, mesmo libertado, tinha que retornar periodicamente no prédio da Justiça Federal para prestar depoimento. Novamente perguntado sobre armas principalmente.

“Os depoimentos que nós prestávamos também eram depoimentos coagidos. Na porta os fuzileiros navais armados, na mesa lá quem nos inqueria sentado e fuzileiros navais de um lado e do outro. E o objetivo deles sempre, comigo, era querendo as tais das armas.”

Conta que esse período pós-prisão foi seguido de grandes dificuldades materiais, pois não conseguiam emprego mais em lugar nenhum. Passou o resto do tempo desempregado durante dois anos vivendo de biscate, assim como outros companheiros, e ao conseguir um novo emprego se mudou para São Paulo. Após encerrar nesse ponto a narrativa de sua trajetória durante esse período, Walter finaliza seu depoimento abordando a profundidade das consequências do golpe, destacando invasão das forças armadas no sindicato e nas empresas ao recolher documentos dos operários. Segundo conta,

destruíram e recolheram também os documentos pessoais de muitos companheiros que estavam guardados em seus armários no trabalho, o que impediu os trabalhadores de comprovar muitas coisas posteriormente, como para a Comissão de Anistia, por exemplo.

“Então isso ai nos feriu, feriu toda a família de operários navais. Estou falando família de operários navais porque era o meio que eu dividia na época, tá? E como feriu diversas famílias do povo brasileiro (...) Isso ai que aconteceu conosco, eles furtaram nossos planos e nós não tivemos condições de nos desenvolver [enquanto país].”

Célio de Souza Ribeiro (estudante e trabalhador do Lloyd Brasileiro durante a eclosão do golpe de 64):

Célio começa seu depoimento contando que era estudante, mas que militava pelo sindicato dos operários navais. Narra foi admitido no Lloyd Brasileiro em 1962 por intermédio do sindicato (Sindicato dos Operários Navais do Estado do Rio de Janeiro). Era filiado ao sindicato desde 1961 por conta de militância política. Segundo ele, quando eclode o golpe em 1964, passa a sofrer perseguições por conta de sua ligação com o sindicato e com a luta política. Foi transferido do Lloyd para a Costeira (outra autarquia federal), transferência que atribuí a uma espécie de perseguição.

“Quando aconteceu o golpe em 1964, eu passei a sofrer algumas perseguições por conta da minha ligação com esse sindicato e com as lutas dos operários navais.”

Essa perseguição política culmina, segundo Célio, em 1967 com sua demissão do Lloyd Brasileiro por ter sido classificado como ativista político, como consta em seus documentos que estão tramitando na Comissão de Anistia. Destaca o drama das pessoas afetadas pelo em suas vidas e empregos durante a ditadura, pessoas que tiveram suas vidas afetadas subjetiva e materialmente e que hoje estão na velhice passando dificuldade por falta de reparações.

“O golpe militar, que agora completa 50 anos, deixou um rastro extremamente negativo na nossa nação.”

Não chegou a ser preso. Diz que sua punição foi o desemprego e a expulsão do Lloyd Brasileiro por conta de suas posições políticas.

José Gonçalves (Operário Naval) em depoimento reservado à Comissão da Verdade em Niterói

O caso de José Gonçalves é peculiar sob muitos aspectos. Operário naval, mas não sindicalista, José Gonçalves foi confundido com um homônimo seu muito procurado pelas forças da repressão e acabou sofrendo todo tipo de violência nas mãos das autoridades policiais. Inicia seu depoimento relatando sua trajetória de vida até se tornar operário naval e o período que antecedeu o golpe de 1964. Conta que nasceu na cidade de São Pedro da Aldeia, que foi alfaiate durante muitos anos e que, por problemas particulares, teve que deixar a profissão e, através do contato de amigos, ingressa no Lloyd Brasileiro e torna-se operário naval em 1962.

“Como lá não tinha minha profissão, que fui alfaiate durante muitos anos, eu ingressei na turma de Serviços Gerais, que era a turma dos sem profissão. Faz tudo que mandavam.”

Conta que no Lloyd brasileiro, como operário naval, ingressou nessa oficina de “Serviços Gerais”, que era uma das doze oficinas que haviam na empresa, sendo que cada uma dessas oficinas possuía um subdelegado. José Gonçalves diz que pelo fato de sempre ter sido ativista e sempre ter gostado de falar, acabou por se tornar subdelegado dessa oficina no mesmo ano em que entrou (explica que subdelegado, nesse caso, era o responsável por resolver os problemas daquele respectivo setor e representar aqueles trabalhadores no diálogo com as instâncias superiores da empresa). De subdelegado, posteriormente, foi eleito delegado geral pelos trabalhadores da empresa em 1963.

“A minha função era discutir. Quando aquele subdelegado não resolvia um problema numa certa oficina dele, aí havia minha intervenção com o diretor geral da ilha, que era um general, general David Pessoa Cavalcanti... Que eu acho que foi um dos meus dedos-duros. Quando eu não resolvia com ele, eu resolvia com o diretor geral da empresa. Essa era minha função.”

José Gonçalves ressalta, questionado a respeito pelos entrevistadores e amigos, que ele era um delegado vinculado à estrutura sindical do funcionamento da empresa (delegados na base), que nenhuma relação direta tinha com a diretoria do Sindicato dos Operários Navais, a não ser como filiado desse sindicato que votava nas eleições internas, participava das assembleias, etc. Também deixa claro que não era filiado a nenhum partido, ainda que soubesse que dentro do Lloyd tinha presença e influência forte do PCB dentro do setor da empresa em que ele trabalhava. Ressalta também a força e o peso que tinha o ativismo sindical do Lloyd.

Ainda abordando esse período pré-64 da sua trajetória, o depoente narra que aquele foi um período de muitas greves. Greves feitas na busca de reivindicações ou, principalmente, do cumprimento de reivindicações.

“Nós tinha muito peso. Nós tinha peso porque nós tinha atrás de nós o sindicato. Um sindicato muito forte. A gente tinha uma retaguarda muito grande.”

No dia 7 de abril de 1964, segundo José Gonçalves, os operários navais receberam ordens de voltar ao trabalho: “- Depois do golpe, o Brasil inteiro decretou greve, e o Sindicato dos Operários Navais não foi diferente. Quando já estava consumada a coisa, nós recebemos ordens de voltar ao trabalho”. Quando a barca que levava os operários à ilha onde se localizava a empresa, conta o depoente, a ilha estava cercada de fuzileiros navais, “tinha mais fuzileiros navais que operários”.

“Os alto falantes da ilha anunciavam que ninguém trocasse de roupa e ninguém pegasse no trabalho. Só de ver aquele

movimento... dava pra se ver que nós estávamos numa ilha do terror.”

José Gonçalves narra então como se procedeu a chegada dos operários na ilha nesse retorno ao trabalho após o golpe: ao lado dos armários dos operários haviam soldados com fuzil em mãos, aguardando que o dono do armário chegasse, abrisse e coloca-se tudo para fora para ser revistado, em busca de “material subversivo”. Após algum tempo, o comando militar reuniu-se com os chefes de cada setor da empresa, por volta das 10 horas.

O depoente conta que seu chefe, Waldemiro, juntamente com mais algumas pessoas, retornaram da reunião com o comando militar informando que ele seria preso. Narra então a fala de seu chefe para ele ao retornar dessa reunião:

“Gonçalves, pelo que eu ouvi do seu nome lá com os homens... eles vão te tirar as calças pela cabeça. O alvo lá é você.”

Seu chefe lhe propôs que se escondesse em um dos navios antigos da ilha, que mais tarde eles voltariam para busca-lo para que ele fugisse. José Gonçalves conta que recusou a proposta dizendo que não fugiria porque não havia porque fugir. Mesmo com apelos, manteve-se decidido quanto a não tentar uma fuga.

Por volta das 15:30, após almoçar, diz que tocou o sinal na empresa para o horário de ir embora. Diz que todos os operários tinham que passar pelas roletas apresentando sua carteira de identidade ou carteira de trabalho.

“Eu sabia que estava preso, fui um dos últimos.”

Após apresentar a carteira de trabalho, foi preso, juntamente com mais dos companheiros. Os três ficaram retidos no cais, enquanto os demais operários iam embora da ilha de barca. Narra que, após a barca sumir e se afastar da ilha, os fuzileiros navais os colocaram para dentro da empresa, dentro de um espaço amplo. Foi-lhes ordenado que se colassem de frente para a parede, joelho, barriga e queixo encostados na parede e as na cabeça.

“Fizeram um anel de meia lua de fuleiros navais atrás da gente... Ai ouvimos quando o pelotão gritou ‘- SENTIDO!’, ‘- PREPARAR AS ARMAS!’, ‘- Plac-klá!’[fala fazendo gesto de fuzil sendo engatilhado]... A guarda da ilha tinha sido mandada se afastar... Acho que foi o pior momento da minha vida (...) Depois houve um silêncio, e ai que a gente foi ver que foi uma simulação desgraçada.”

A partir desse ponto, o depoente narra como os fuzileiros cortaram as fivelas de suas calças (fazendo com que ele e os dois outros operários andassem segurando as calças) e os tacaram com ponta pés dentro de um barco.

“- Isso já é noite. Nos levaram pro CAM [Centro de Armamento da Marinha]. O miserável CAM.”

No CAM, conta o depoente, ocorreu mais uma simulação de fuzilamento. Após isso, foram colocados dentro de um carro fechado que os levou para o DOPS de Niterói.

“Quando chegamos no DOPS de Niterói... parecia que era o Rei da Inglaterra ou o Fernandinho Beira-Mar que tava chegando. Tinha tanta polícia e tanto repórter.”

Foi colocado dentro de uma cela onde estava um grande número de pessoas de diversas origens: operários, camponeses, profissional liberal, artistas... Algo em torno de 200 pessoas. Narra que muitos companheiros tentaram suicídio, porque não aguentaram a pressão que ali estava colocada.

“- Água... muitos companheiros tentaram suicídio... os companheiros não aguentavam a pressão, metiam a cabeça na parede... Água de vaso era a água que nós bebiamos. Não adiantava gritar que ninguém vinha (...) Comida? Néca. Água era do vaso... o vaso era preto assim ó... fazia a necessidade, dava descarga e pegava a água com a mão que não tinha vasilha.”

O depoente segue o relato contando que, passados alguns dias preso nesse local, durante uma madrugada, um nome foi chamado de fora da cela e essa pessoa foi levada.

“Chamaram Orioswaldo dos Santos... era um líder sindical de estaleiro particular, um rapaz novo... Levaram ele pra lá. De cá da cela nós ficamos ouvindo os berros do cara... Eles ligavam a vitrola, botava alto, num sei por que, mas dava para ouvir os berros do cara lá... Orioswaldo dos Santos... Depois trouxeram o cara, chutaram ele pra dentro da cela e tava ele lá... sangue descendo.”

Após esse momento, segue dizendo que a cela abriu e gritaram o nome de José Soares Gonçalves. Foi tirado da cela e levado para dentro de outra sala, colocado sentado numa cadeira.

“- Eu vi que tinha um revólver, um cassetete, uma tesoura e um alicate.”

Estava cercado de soldados, sentado na cadeira e segurado pelo cangote. O depoente conta que o interrogatório foi conduzido pelo **Delegado Azeredo**. O delegado fez diversos tipos de perguntas, em especial buscando saber quem eram os comunistas do Lloyd. Relata que foi-lhe colocado um papel em branco com uma caneta na sua frente e, após ameaças de espancamento, se retiraram da sala dizendo que quando voltasse queriam nomes escritos na folha. Os interrogadores retornam e o papel continua intocado. Após isso, é jogado novamente na cela.

“Muita humilhação... me jogaram na cela com um chute nas costas e eu cai encima dos meus companheiros... Não me bateram. Muita humilhação.”

No dia seguinte, segue narrando José Gonçalves, foi levado novamente para depor. Dessa vez era um delegado conhecido, o depoente fazia roupas

para os filhos do interrogador quando era alfaiate, era seu vizinho. O delegado diz que foi feito um pedido por algum “doutor” que ele não recorda o nome, e que após esse depoimento ele iria embora e estaria livre... Após alguns instantes, chegam fuzileiros navais.

“O delegado disse pra mim triste: ‘- Ah, que pena Gonçalves. Vou ter que entregar você para a marinha. Se a tropa atrasa 5 minutos eu tinha saído. Lá vou eu pro CAM.”

O depoente descreve que, no CAM, foi levado para o alto de um morro, num prédio feito com muito mármore, com o chão de mármore, onde lá já estavam outros presos. Todos os presos só de cueca. Descreve também as condições em que os presos eram mantidos nos dias (menos de mês, segundo o depoente) em que ficou nessa prisão.

“Comida (...) Chegavam dois soldados na porta do salão, metiam o pé naquele panelão e a comida espalhava pelo chão. Só cabeça de peixe... era salve-se quem puder. Os companheiros, por solidariedade, davam um pedacinho pra um, um pedacinho pra outro (...) Pra se fazer necessidades nossas, fisiológicas, era um buraco no chão [faz uma mímica como alguém que se agacha para defecar]: uma metralhadora na frente e outra nas costas. Eram ali que tinha que se fazer a necessidade fisiológica. Passamos humilhação e dificuldade.”

Após esse tempo preso no CAM, o depoente conta que foi levado para o estádio Caio Martins. Novamente destaca as condições enfrentadas no presídio.

“Era uma peneira. Época de chuva não tinha um canto que não chovesse... a gente ficava ali... A comida vinha da Polícia Militar. Quando chegava aqueles panelão de carne-seca ou bucho, já tava tudo qualhado de banha encima. Era aquilo que a gente comia.”

Nesse trecho, ainda descrevendo sua passagem pelo Caio Martins, o depoente destaca também um episódio de uma história, que segundo José Gonçalves não era somente uma história, era algo verídico, e teve especial papel dentro do presídio: o padre Wenceslau, de São Gonçalo, e um capitão da polícia militar chamado Capitão Omelo iriam invadir o Caio Martins, incendiá-lo “e matar todos os comunistas”.

“Tanto não foi mentira, que nós estávamos por conta da polícia militar. Após esse episódio, o exército colocou todos os presos no pátio, explicou essa história e dizia que a partir daquele momento eles estavam assumindo o presídio.”

Termina assim a narrativa de José Gonçalves a respeito do Caio Martins, pois algumas semanas depois, diz ele, foi solto e voltou para casa. Recebe então, alguns dias depois de ser solto, uma mensagem para que se apresentasse no CAM. No dia dez de junho, ele se apresenta acompanhado pelo irmão.

“Chegando lá encontrei um outro companheiro que também havia ido depor. O oficial que nos aguardava se virou para o meu irmão e disse: - O senhor pode ir que seu irmão está entregue.”

O depoente narra o companheiro que encontrou foi depor primeiro, e voltou rapidamente para a sala de estar onde ele estava aguardando e se despediu dizendo até amanhã.

“A guarnição que levou e trouxe ele, me levou (...) Fui levado até um corredor com uma porta, onde um oficial aguardava. Quando eu botei o pé nessa porta, que entrei... levei um pescoço... quiquei por cima de mesa, cadeira... Ai eu vi o inferno que eu tava, que eu tinha me metido.”

Nesse momento do depoimento, José Gonçalves identificam os perpetradores que estavam envolvidos nesse momento do que ele viria a

passar em termos de violações: *Capitão Olair, Tenente Elson, Tenente Cuco e Tenente Zé Maria.*

“Fiquei de nove horas da manhã à nove horas da noite embaixo de tortura (...) Me botaram de costas numa mesa... um me pisou nos pés e outro me puxou por traz para me quebrar a espinha na mesa (...) Me chutavam, mas eles não davam de bico assim não, batiam de lado pra não ficar marcado. Tapa e porrada na cabeça... eu tenho problema na cabeça até hoje...”

Durante as sessões de tortura, conta o depoente, mostravam-lhes papéis com a sua assinatura, e José Gonçalves negava serem dele (sabia que eram assinaturas suas, mas temia as consequências caso confirmasse). Nesse momento, ele revela um detalhe importante a respeito do que seus perpetradores poderiam estar interessados em saber:

“Tinha um líder sindical de uma vidreira aqui de Neves, chamado José Gonçalves. Ele teve em Cuba, teve na Rússia... E o processo desse José Gonçalves foi todo parar nas minhas costas, que eu tinha ido em Cuba, que eu tinha ido na Rússia (...) Eu, orgulhosamente, digo: eu nunca disse [nunca disse durante as sessões de tortura] que havia esse homônimo meu que era líder sindical. Só dizia: - Não conheço, não sou eu.”

Por volta de 9 horas da noite, encerrada as sessões de tortura, foi colocado numa prisão. Era uma prisão na beira da praia, uma cela com grade de ferro embaixo de uma escada (o depoente oferece a informação de que, a época, houve uma reportagem no *Le Monde* de Paris a respeito dessa prisão no CAM).

“Aqui corria uma água [em frente à cela], passava ali embaixo, eu não sei de onde vinha nem pra onde ia. Era aquela água que eu apanhava pra molhar a boca. Que eu bebia... não sei que água era aquela. Fiquei ali 25 malditos dias, sem comer, sem beber,

nada. A minha família mandava as coisas pra mim comer... frango assado, banana, laranja... eles só me davam quando estava cheio de bicho. Diziam: - Aqui, o que sua família mandou pra você comer, ó. ”

O que o salvou, relata então o depoente, foi uma prisão preventiva emitida por um juiz de Niterói, “Doutor” Alcir Moreira Cruz (juiz que segundo ele, sabia que estava para ser cassado pelo regime). Foi mandado para o presídio de Neves, em São Gonçalo.

“Ai foi meio que ir pra casa, pro meio dos companheiros. Prisão, mas no meio dos companheiros, né?”

Durante o relato de sua passagem pelo presídio de Neves, José Gonçalves conta que foi tratado com dignidade e que o responsável, Tenente Alceu, era um ser humano “muito bom”, que tratava os presos de forma digna. Conta que esse Tenente conseguiu colchão e roupa de cama para todos os presos, que deixava os familiares levarem comida... Após esse período em Neves, por volta de dois meses, todos foram transferidos para o DOPS do Rio, na Frey Caneca.

Relatando a respeito desse presídio no DOPS do Rio, o depoente conta que inicialmente estavam em condições de celas normais e boas refeições, que eram feitos em mesas para quatro pessoas. Nesse momento, conta um episódio: durante sua estada no presídio do CAM, volta e meia passava um homem patrulhando à paisana que o cumprimentava e ele respondia (mesmo sem saber quem era). E, na Frey Caneca (DOPS do Rio), veio uma pessoa sentar no seu lugar à mesa e dizer que havia uma pessoa na outra mesa que queria conversar com ele: trocaram de mesas. Na outra mesa, segundo relata, estava esse homem que passava à paisana no presídio do CAM: veio a saber que se trata de Cabo Anselmo, que estava ali como preso. Cabo Anselmo fez perguntas a respeito de por que ele estava preso e o que tinha feito, e José Gonçalves respondeu que era líder sindical, mas relata que evitou ao máximo dar informações. Por fim se retirou da mesa e cada um voltou para sua cela.

Nessa noite, ele e os companheiros que estavam presos com ele, foram mandados para uma solitária.

“A gente só sabia [o que havia lá fora] quando roncava trovoadas. Não sabia se era noite ou se era dia... Quando chegamos nessa solitária, tinha uma cama patente velha e um cara dormindo nela. A gente, para nós, era um espião do governo, mas tinha uma pia, desse tamanho assim (...) ele disse assim pra gente: ‘- Companheiros, nossa inimiga tá ali ó, naquela água. Se a gente tomar aquela água, com a sede que vai dar, nós vamos morrer de barriga d’água. Só peguem a água com a mão e molhem a boca, não bebam.’ Depois ele veio a nos contar que havia sido da contra espionagem do Brasil na guerra e tava preso ali. E nós fizemos amizade ali com ele. (...) Sem comida, sem bebida sem nada... Ficamos 9 dias ali. Os companheiros tinham que cagar no chão, apanhar com a mão e jogar na pia. Ficamos ali 8 dias sem comer e sem beber.”

No nono dia, segue relatando o depoente, o carcereiro abriu a porta tacando uma roupa dentro da cela e dizendo para se prepararem que eles “iriam dar um passeio.” José Gonçalves conta que ali, entre os companheiros de cela, houve um pacto de morte: eles quatro combinaram que, não importa onde cada um deles fossem levados, onde eles fossem depor eles iriam dizer que os quatro preferiam morrer à voltar para aquela cela. O companheiro que foi levado para depor, retornou no mesmo dia, são e salvo. Perguntado como foi o depoimento, ele disse que foi um oficial, no Hospital dos Marítimos do Rio, que teria sido educado e não houve tortura. No dia seguinte, José Gonçalves e outro companheiro foram levados para depor.

“Eu tinha feito um depoimento no CAM, dessa altura [coloca a mão por sobre a mesa, indicando um documento muito grosso, com muitas páginas], que eu fiz na base de tortura. Nós reunimos nós 5 ali na cela, numa roda, para decidir se eu deveria confirmar aquele depoimento, com medo de eu confirmar e voltar para o

CAM novamente. Ai os companheiros disseram para eu confirmar o depoimento, se não estaria sujeito eu voltar para lá novamente [para tortura].”

Chegando no corredor do Hospital dos Marítimos, segundo relata, sua família lhe aguardava (não sabia como eles tinham tomado conhecimento de onde ele estaria) junto com uma guarnição de seus fuzileiros navais. Deixaram que seu irmão lhe desse um ovo para se alimentar, e nada mais.

“Sai o companheiro... e lá fui eu. Não tive contato com ele. Chegando lá, um oficial magro, loiro.”

O oficial perguntou se ele estava nervoso, ofereceu-lhe café e cigarro. Depois, iniciando o interrogatório, estava com o depoimento que José Gonçalves fez no CAM. Perguntou se ele confirmava esse depoimento. Ele disse que confirmava.

“Ele fez um pausa... e disse: - Não, senhor Gonçalves. O senhor não pode confirmar isso que está aqui. Mesmo a justiça que nós temos vai saber que isso foi feito sob tortura.”

A seguir, narra o depoente, o oficial digitou em sua frente um depoimento: “- Seu Zé, vou fazer aqui um depoimento pro senhor.” Fez um depoimento de umas 5 ou 6 linhas, ofereceu para que José Gonçalves lesse.

“Oficial, eu não assinei aquele lá... mas to confiando no senhor... O senhor pode ler para mim. Ele leu para mim... e eu peguei e assinei.”

Disse ao oficial da promessa que eles fizeram, o oficial confirmou queremos outros companheiros de José Gonçalves de fato disseram que preferiam a morte a ter que voltar para a cadeia onde estavam. Depois do interrogatório, o depoente retornou a cela até o dia seguinte, por volta das 11

horas, chegou o carcereiro, tacou roupas na cela e disse que eles não tinham permissão para falar um com o outro durante o trajeto após a saída da cela.

“Saímos em fileira... e fomos apresentados a quem? Charles Borel [Cecil de Borer, secretário de segurança do Rio de Janeiro] (...) Ai ele disse pra guarnição: - Da um passeio de lancha com eles ai.”

Foram colocados dentro de um camburão, rodando pelo Rio de Janeiro. Foram levados para o posto de salvação, na praia de Botafogo.

“Quando chegamos lá, os companheiros da DOPS tava todo lá. Cabelo penteado, barba bem feita... não deixaram a gente se aproximar deles. Só falamos de longe [acenando]... Eles entraram numa lancha... Nós tava parecendo mendigo e os outros todo arrumadinho, barba feita (...) Depois que a lancha deles saíram, sumiu, botaram a gente numa lancha, nós quatro, uma lancha aqui, de um lado e de outro, cheio de fuzileiros navais e nós no meio. (...) Quando nós chagamos em frente às barcas, nós vimos que a lancha fez isso [se virou para o lado]. Ai nós pensamos: - Ih, nós vamos para a Ilha das Flores...”

Na verdade, narra o depoente, aportaram num antigo cais na região de Neves (em São Gonçalo). Estavam retornando para o presídio de Neves. Conta que quando o Tenente Alceu [responsável pelo presídio] viu eles quatro naquele estado, gritou com a guarnição dizendo para leva-los de volta porque havia entregado homens em perfeito estado e estava recebendo de volta farrapos de gente.

“E se a gente volta?... Ai os companheiros, inclusive o deputado Afonsinho, que tava preso, Manuel Martins tava preso, um bucado de gente graúda preso, conseguiu dobrar o Tenente Alceu pra aceitar a gente. Porque seu ia de volta pra lá, meu filho, nós ia ser jogado no mar.”

Após entrarem no presídio Caio Martins, José Gonçalves conta que o Tenente Alceu enviou soldados para as casas de cada um deles para que trouxessem comida, roupa e mandou trazer soldados barbeiros para cortar o cabelo e fazer a barca: “- Ai viramos gente.” Conta também que teve autorização para ir no aniversário da mãe escoltado e depois retornar à noite. Diz que dia 13 de dezembro, o mesmo juiz que lhe deu a prisão preventiva que o tirou do CAM, Doutor Alcir Moreira Cruz, decretou a liberdade deles.

“- Ai, companheiro, terminou a minha via-crúcis.”

Finalizando, o depoente, ainda ressalta que tinha que ir na DOPS todo dia assinar seu nome durante seis meses. Não podia sair da cidade. Teve seu emprego caçado, não tinha como conseguir emprego porque sua carteira ficava marcada. Conta que ainda teve um contato, conseguido pelo seu irmão, de exílio na embaixada da Bolívia, mas acabou desistindo porque, ao chegar na casa do embaixador, o portão estava trancado, ao contrário do combinado, o que achou suspeito, resolvendo assim ir embora.

Pelos depoimentos, observamos como O Sindicato dos Operários Navais de Niterói e São Gonçalo, foi atingido de pronto. Membros do PCB apoiadores de Jango foram encarcerados no primeiro estádio presídio das Américas, de lá eram levados, um a um, para serem torturados em interrogatórios no DOPS e no Centro de Armamento da Marinha. Aliado a isto, estes depoimentos desfazem a tese comumente repetida de que a tortura só se iniciou no regime militar no pós-1968.

Anexos

Anexo I:



Anexo 1 - A Tribuna
24/04/1964

PRESTIGIADOS PELO GOVÊRNO COLOCAREMOS O ESTADO EM ORDEM



O Secretário de Segurança Pública, coronel Hugo de Sá Campêlo Filho, concedeu, ontem entrevista coletiva à imprensa, dizendo que foram apreendidas no Estado do Rio muitas armas granadas e as chamadas bombas MCLOTOVS, que estão sendo reservadas para as lutas de guerrilhas.

Disse que o governador Bazilger Silveira tem colaborado ao máximo, dando todos os recursos à Secretaria de Segurança, inclusive verbas. Sobre os xadrezes, que na sua opinião eram verdadeiros campos de concen-

tração, já estão sendo remodelados e humanizados com a na-

(Conclui na 2ª página)



Prestigiados

xílio também do Govêrno.

CRIME

Prosseguindo, o Tenente-Coronel destacou a colaboração de todos os delegados especializados, no combate não só aos comunistas e agitadores, como também aos marginais. Prometeu acabar também no Estado do Rio com os crimes e os assaltos, "pois a policia existe para isso."

O sr. Sá Campêlo revelou que está dando ainda todo apoio ao delegado de Costumes, sr. Milton Nunes Loureiro, para acabar no Estado do Rio com toda e qualquer modalidade de jogo de azar.

Sobre a Delegacia de Economia Popuar, disse que ela vem exercendo rigorosa fiscalização ao comércio, punindo os infratores e restabelecendo a confiança do povo nas autoridades. As fianças pagas pelos comerciantes presos como incursos na Lei de Economia Popular já ultrapassaram, por outro lado a casa de Cr\$ 1 milhão.

A Delegacia de Furtos e Roubos, segundo ainda o Chefe de Policia, está atuando com destaque, tendo conseguido, nos últimos dias, recuperar carros que haviam sido roubados, além de levantar dezenas de delitos a ela afetos, praticados no interior do Estado e na capital.

Também a Delegacia de Vigilância, que está atuando em entrosamento com a DOPS para banir os comunistas do Estado do Rio, mereceu citação de Coronel Hugo de Sá Campêlo que elogiou a equipe comandada pelo delegado Inácio Paqueira Leal.

MAIS A VONTADE

O delegado de Homicídios, sr. Alberto Sodré, de acordo ainda com as declarações do secretário já está trabalhando mais a vontade, contando, para a elucidação de crimes até então tidos como misteriosos, com mais recursos técnicos e com seu apoio total.

— “Encontrei a Radiopatrulha somente com uma viatura, mas já consegui fazer retornar ao serviço normal 10 de serviços veículos que estão estacionados nos pontos-chaves de Niterói e São Gonçalo; estou, também, providenciando a recuperação de mais três veículos, pois acho esse serviço imprescindível ao reaparelhamento da máquina policial”, salientou.

Mais adiante disse o tenente-coronel que já solicitou ao Governo a liberação de uma verba de Cr\$ 43 milhões para reaparelhar em todo o Estado do Serviço de Radiopatrulha, principalmente em Nova Iguaçu, Cavias e São João de Meriti.

NÚMERO DE PRESOS

O chefe de Polícia, em resposta a uma pergunta, feita que tem sob seu controle em todo o Estado do Rio, um número aproximado de seiscentos “Presos” que estão recebendo de nossa parte um tratamento humano que condiz com os fe-

ros de civilização do país”.

As visitas aos presos, segundo o secretário, podem ser feitas às quintas-feiras e domingos, das 14,30 às 16,30.

Os presos estão tendo assistência de todos os médicos do Estado, tomam banhos diários e recebem uma alimentação diária. Estão divididos entre a Polícia Militar, o Ginásio Caio Martins e Centro de Armamento da Marinha, além dos que aguardam interrogatório na própria Secretaria de Segurança Pública.

MATERIAL

O material subversivo apreendido nas residências de comunistas e agitadores e nas sedes dos Sindicatos e Associações de caráter filo-comunistas estão sendo transferidos para a Subsistência do Exército. São submetidos a exames por um grupo de oficiais peritos no assunto. Nesse material incluem-se prospectos de propaganda comunista, livros de cunho subversivo, armas, uniformes de guerrilheiros cubanos e uma farta quantidade de retratos de pelegos e líderes comunistas.

A entrevista coletiva concedida pelo secretário Hugo de Sá Campêlo Filho estiveram presentes jornalistas e representantes de emissoras de rádio e televisão, tendo sido dada ampla liberdade aos presentes para formularem toda e qualquer espécie de pergunta.

Anexo II

Lista de Presos, confirmados, no Estádio Caio Martins

Nome	Profissão	Local de Nasc./Atv. Pol	Procedentes de
Abelardo Manhães Barreto			Dops-GB
Acy Ribeiro			Dops-GB
Adolfo Simão Araújo			Dops-GB
Adolpho Simões de Araújo	Operário Naval (?)		Dops-GB
Afonso Cascon (Casean?)	Bancário		CAM
Agapito Ferreira Damasceno		Itaboraí	Dops-GB
Agenor Jorge de Sena			CAM (of. 0717)
Ailton Alves			Dops-GB
Ailton Coutinho da Silva			Dops-GB
Airton Pereira da Silva	Advogado		PMERJ
Akimasa Yamada			Dops-RJ (mem. 6/64)
Alberto Vieira de Souza			CAM (of. 0717)
Alcebíades Vieira			Sec. Justiça do Est. GB
Alecmir de Azevedo			CAM (of. 0717)
Alecdino Silva			CAM
Aleides Fernandes Ribeiro			Dops-RJ (mem. 6/64)
Aldo Rossi	Engenheiro		PMERJ
Alfredo Alves Barbosa	Lavrador	Cachoeiras de Macacu	Sec. Justiça do Est. GB
Algemiro Silvestre Barci			Dops-GB
Aloisio José de Araújo		Itaboraí	Sec. Justiça do Est. GB
Aloisio Magalhães Costa			Dops-RJ (mem. 10/64)
Alair João Batista da Costa			Dops-RJ (mem. 8/64)
Alvaro Acioli de Oliveira	Médico		PMERJ
Alvaro da Costa Ventura Filho			Sec. Justiça do Est. GB
Anastácio Raul	Operário Naval (?)		
André Trifino Corrêa	Coronel Reformado		PMERJ
Anibal de Souza Rezende			Sec. Justiça do Est. GB
Anires Alves Braga			Sec. Justiça do Est. GB
Anisio Pires de Oliveira		Cachoeiras de Macacu	Dops-RJ (of. 261/64)
Antonio Alves			Dops-RJ (mem. 8/64)
Antonio Barbosa de Castro Lemos			Sec. Justiça do Est. GB
Antonio Barbosa de Jesus (?)			

Antonio Bonifacio Vieira	Operário Naval (?)	Caxias	Dops-RJ (of. 261/64)
Antônio Carneiro da Silva			Dops-GB
Antonio de Azevedo Barcelos		Trajano de Moraes	Dops-GB
Antonio Januário da Silva	Operário Naval (?)		Dops-GB
Antonio Jorge Fernandes			Dops-RJ (mem. 6/64)
Antônio José de Mattos Junior			Dops-RJ (of. 261/64)
Antonio Lopes			Dops-RJ (of. 261/64)
Antonio Lopes da Silva			Sec. Justiça do Est. GB
Antonio Miguel de Melo			CAM (of. 0717)
Antonio Napoleão			CAM
Antônio Pereira Bitencourt			Sec. Justiça do Est. GB
Antônio Pereira da Silva	Técnico de Contabilidade		PMERJ
Antônio Pires da Estevan	Funcionário Público	Silva Jardim/Rio Bonito	PMERJ
Antonio Rocha			Dops-GB
Antonio Rosa			CAM
Antonio Silva (?)			
Antonio Teófilo	Operário Naval (?)		Dops-GB
Arcy Lopes Estrella			Sec. Justiça do Est. GB
Argemiro Fernandes Moreira (?)			
Arlindo Ferreira		Cachoeiras de Macacu	Dops-RJ (of. 261/64)
Arlindo Moreira Drummond Filho			CAM
Arnaldo Alexandre Ribeiro			CAM (of. 0717)
Arnaldo José Bezerra			CAM (of. 0717)
Aroldo de Rouza Rezende			Sec. Justiça do Est. GB
Artur de Carvalho Santos			CAM
Ary Gonçalves Pereira			
Ary Silverio Gonçalves			Dops-GB
Aryswaldo de Simens			Dops-GB
Ataliba Ferreira	Operário Naval (?)		CAM (of. 0717)
Atila Jorge Monteiro			Dops-GB
Atsushi Imoto			CAM (of. 0717)
Augusto Antonio da Cunha			Dops-RJ (mem. 6/64)
Auto Rodrigues do Santos	Médico		PMERJ
			Dops-GB

Avelino Carneiro da Costa				Dops-GB
Benedito Joaquim dos Santos				Sec. Justiça do Est. GB
Benedito Pinheiro Pereira			"municípios da 2ª região policial"	Dops-RJ (mem. 6/64)
Benedito Silvestre de Souza				CAM
Benício Medeiros de Carvalho				Dops-RJ (mem. 6/64)
Brivaldo José Firas				CAM (of. 0717)
Cário Batista da Silva				CAM (of. 0717)
Carlos Alves de Moura		Advogado		PMERJ
Carlos da Silva Chaves				Dops-RJ (mem. 6/64)
Carlos Ignácio Amorim (?)				
Cesar Fernandes				CAM
Charles Netto da Costa			Cachoeiras de Macacu	Sec. Justiça do Est. GB
Cid Corrêa Dias				Dops-GB
Cival Atagiba Nunes				CAM
Claudionor de Oliveira				Dops-GB
Claudionor Ferreira				CAM
Clovis Avelino Corrêa		Farmacêutico	Silva Jardim e Rio Bonito	PMERJ
Custódio Pires de Aquino			Duque de Caxias	Dops-GB
Daniel Ferreira das Neves (?)				
Dário de Souza Geraldelli		Operário Naval (?)	S. João de Meriti	Dops-GB
Délcio Pereira			Cachoeiras de Macacu	Dops-GB
Délio de Almeida Martins			Nova Friburgo	Sec. Justiça do Est. GB
Demerval Silva (?)				
Derly Moraes Paes			Três Rios	Sec. Justiça do Est. GB
Deusedit dos Santos				CAM
Dilais Gomes				Sec. Justiça do Est. GB
Dirceu Alves				CAM
Djalma Gomes da Costa				CAM
Domício José da Costa (?)				
Dorvil José Alvino				CAM
Durval Ribeiro				CAM
Edemar Rodrigues da Silva				CAM (of. 0717)

Éden Almeida				Dops-GB
Edwiges José Venâncio		Caxias		Dops-GB
Eldino Nazareth Mello				CAM (of. 0717)
Elias Barbosa Netto				CAM (of. 0717)
Elizário de Santana				Dops-GB
Eloreal Cuervo Vizil				CAM (of. 0717)
Emanuel Dias de Souza				Dops-GB
Emílio Bonfant de Maria				Dops-RJ (of. 261/64)
Enerí Cândido Marins				Sec. Justiça do Est. GB
Enis Gama Moreira				Sec. Justiça do Est. GB
Ennes Alves				Dops-RJ (of. 261/64)
Ermani Ferreira				Dops-RJ (of. 261/64)
Ervino Haveer Ewasink		Piloto de linhas aéreas		PMERJ
Eugênio (Melo da) Silva		Duque de Caxias		Dops-GB
Eugênio Ferreira de Menezes		Trajano de Moraes		Dops-GB
Everaldo Valadares (?)				
Eziqio Correia de Araújo				Dops-RJ (mem. 10/64)
Fausto de Azevedo		Canta Galo		Dops-GB
Fernandes Ferreira Buchardt (?)				
Fernando Hilton Valente de Oliveira				
Firmino Silveira de Moura		Terezópolis		PMERJ
Flávio Bertoluzze de Oliveira				Dops-RJ (mem. 6/64)
Floreal Garcia		Terezópolis		PMERJ
Francisco Alves da Costa				PMERJ
Francisco de Assis		Advogado		PMERJ
Francisco de Souza		Ex-deputado		Dops-GB
Francisco Felismino Pinto			Niterói	
Francisco Fernandes de Araújo (?)				Dops-GB
Francisco Ferreira de Souza		Operário Naval (?)	Sapucaia e Carmo	Dops-GB
Francisco Machado da Silva				CAM
Francisco Pereira Xavier			Silva Jardim e Rio Bonito	Dops-GB
Francisco Rodrigues				CAM (of. 0717)
Francisco Xavier		Operário Naval (?)		Dops-RJ (mem. 10/64)

Frasusci Pinho Pereira (?)						
Gabriel Alves de Oliveira						Dops-RJ (of. 261/64)
Gentil Pereira da Costa				S. João de Meriti		CAM
Geraldo Achiles do Rosário Reis (?)						
Geraldo Alcino de Moura						Dops-RJ (of. 261/64)
Geraldo dos Santos Mello						CAM
Germinal Furtado						Dops-RJ (mem. 8/64)
Gerson Cavazes de Oliveira						CAM
Getulio Pereira (Moreira) dos Santos				Paulo de Frontin		CAM (of. 0717)
Gilberto Monteiro Pinto						CAM (of. 0717)
Givan Carneiro da Cunha						Dops-RJ (of. 261/64)
Guilherme Renner Arantes (?)						
Harrison de Oliveira		Advogado				PMERJ
Heitor Julio da Silva (?)						
Helio Barbosa Lima						Dops-RJ (of. 261/64)
Helio Estrela (?)				Caxias		
Helio Gomes de Medeiros						CAM
Hercilio Soares de Rezende						CAM
Hermades Matos Leal						CAM (of. 0717)
Honório Gil Rege		Engenheiro				PMERJ
Horácio da Silva Goulart(?)				Vassouras		
Horatio Alves da Silva						Dops-RJ (of. 261/64)
Huge Fant						CAM
Humberto El-Jaik		Advogado		Nova Friburgo		PMERJ
Ignacio Pereira da Cunha						Sec. Justiça do Est. GB
Irênio de Mattos Pereira		Engenheiro				PMERJ
Irineu Joaquim Magalhães						CAM
Irineu Silva Marins		Dentista				PMERJ
Isidoro Caldeira Brito						Dops-GB
Ismael Rodrigues Lopes				Magé		CAM
Israel Jacob Averbach		Engenheiro				PMERJ
Itamar Guimarães Faria (?)						
Jacinto Francisco Paiva Netto		Professor				PMERJ

Jandir Frós	Advogado			PMERJ
Jarbas de Albuquerque Mello	Técnico de Contabilidade	Cabo Frio		PMERJ
João Bernardino Filho	Engenheiro			PMERJ
João Correa de Paula(o)		Itaboraí		Sec. Justiça do Est. GB
João Ferreira Campos Sobrinho				CAM
João Gusmão de Souza (?)				Dops-GB
João Leite Caldas				Sec. Justiça do Est. GB
João Nepomuceno Duarte				Dops-RJ (mem. 6/64)
João Pereira da Silva				CAM
João Pereira Lima (da Lira)		Itaboraí		CAM
João Perez Quevedo Filho				CAM
João Ramos da Silva				CAM (of. 0717)
Joaquim Delgado Filho (?)		Cachoeiras de Macacu		
Joaquim Moreira de Mattos		Trajano de Moraes		CAM
Job Coêlho Gomes				Dops-RJ (mem. 6/64)
Jorge de Oliveira				CAM (of. 0717)
Jorge El-Jaik	Advogado	Nova Friburgo		PMERJ
Jorge Granda Mendes (?)				
Jorge Marques de Oliveira				
Jorge Moreira Lansky				CAM (of. 0717)
Josafá dos Santos				CAM (of. 0717)
José Afrânio de Oliveira		Cachoeiras de Macacu		Dops-GB
José Alcino de Souza	Operário Naval (?)			Dops-GB
José Alves de Moraes		Trajano de Moraes		Dops-GB
José Amaral da Silva (?)				Dops-GB
José Augusto Ferreira				CAM (of. 0717)
José Cabral				Dops-RJ (mem. 6/64)
José Carneiro de Araujo				CAM (of. 0717)
José Clementino (?)				Dops-RJ (mem. 6/64)
José Constantino dos Santos		S. João de Meriti		CAM (of. 0717)
José Cordeiro Sobral (?)		Caxias		Dops-GB
José Custódio de Souza				
José Cyro Marques de Almeida		Cachoeiras de Macacu		CAM
		Cabo Frio		Dops-GB

José da Costa Laia (Lima)		Nova Iguaçu	Sec. Justiça do Est. GB
José de Araújo Aranha	Contador		PMERJ
José de Oliveira Mello			CAM (of. 0717)
José de Souza Rangel		Itaboraí	Sec. Justiça do Est. GB
José dos Santos Barreto		Itaboraí	Dops-GB
José Fernandes Pinto			Dops-RJ (mem. 8/64)
José Luiz dos Santos		Duque de Caxias	Dops-GB
José Maforte de Oliveira			CAM
José Medina (?)			
José Nunes			Dops-GB
José Nunes de Souza			Dops-GB
José Pereira de Oliveira			Sec. Justiça do Est. GB
José Pereira Pinto (?)			
José Pinheiro Bittencourt			Dops-GB
José Polezo Junior			Dops-GB
José Rangel			CAM (of. 0717)
José Rodrigues da Silva			CAM (of. 0717)
José Rodrigues dos Santos			Dops-GB
José Rodriguez de Souza	Operário Naval (?)		Dops-GB
José Sabino Gomes Barbosa		Itaboraí	CAM
José Simplicio de Freitas		"municípios da 2ª região policial"	Dops-GB
José Soares Gonçalves			CAM (of. 0717)
José Soares Pinto Filho		Nova Friburgo	Dops-RJ (mem. 10/64)
Josival Alves Barreto	Advogado		PMERJ
Josué Antunes Marinho (?)			
Juarez Pereira Moreira			CAM
Juarez Távora dos Santos			Sec. Justiça do Est. GB
Júlio Joaquim de Oliveira		Itaperuna/Trajano de Moraes	CAM
Júlio Mariano			CAM (of. 0717)
Justino Maceió (Maciel) da Silva		Cabo Frio	Dops-GB
Laerte Soares Bastos			Dops-RJ
Lerivaldo Ferreira			CAM (of. 0717)

Levy Carlos Ribeiro				Dops-GB
Levy dos Santos Moreira			Silva Jardim e Rio Bonito	Dops-GB
Lites da Silva Amaral		Operário Naval (?)		CAM (of. 0717)
Lourival Pinto Garcia				Dops-RJ
Lúcio Xavier de Almeida				Dops-RJ
Luiz de Almeida Mateus				CAM (of. 0717)
Luiz Diogo (?)				
Luiz José Marques de Almeida				Sec. Justiça do Est. GB
Luiz Tubenchlak		Médico	Niterói	PMERJ
Luiz Vilela Ferreira				CAM (of. 0717)
Magno da Silveira Couto				Sec. Justiça do Est. GB
Manoel Batista de Sales			Canta Galo	Dops-GB
Manoel Benedito Gomes				Dops-RJ (mem. 8/64)
Manoel de Oliveira				Sec. Justiça do Est. GB
Manoel Delmiro de Amuedo Cima				Dops-GB
Manoel Escobar Sobrinho			Caxias	Sec. Justiça do Est. GB
Manoel Francisco				CAM (of. 0717)
Manoel Gomes da Costa				CAM
Manoel José Rodrigues				
Manoel Lourenço de Azevedo		Operário Naval (?)		Dops-RJ (mem. 6/64)
Manoel Martins		Advogado		PMERJ
Manoel Menezes dos Santos				Dops-GB
Manoel Picanço Goulart				Dops-RJ (of. 261/64)
Manoel Ribeiro de Aquino (?)				
Mário Cacicano de Medeiros (?)				
Mário Coutinho				CAM (of. 0717)
Mário de Souza Rangel				Dops-RJ (of. 261/64)
Mário Garcia Carlos				Dops-GB
Mário Garcia Carrio (?)				
Mário Gorgonha			Caxias	Dops-GB
Mário Ribeiro Serafim				Dops-RJ (of. 261/64)
Mário Rodrigues (?)				

Maury da Silva Flôres		"municípios da 2ª região policial"	Dops-RJ (mem. 6/64)
Maury Ribeiro			Dops-GB
Miguel Ferreira de Archanjo			Dops-GB
Milton Coura			Sec. Justiça do Est. GB
Milton Luiz Scarcetti			Dops-RJ (mem. 8/64)
Moacyr Alcantara Santos			Dops-RJ (mem. 8/64)
Natanael do Couto Pitta			CAM (of. 0717)
Nazareno da Silva Freitas			Dops-GB
Nélio Soares de Aguiar	Técnico de Contabilidade	Cabo Frio	PMERJ
Nelson Corrêa de Oliveira	Médico		PMERJ
Nelson Francisco Xavier (?)			
Nelson Peixoto Ribeiro Filho (?)			
Nelson Pereira Mendonça	Operário Naval (?)		Sec. Justiça do Est. GB
Nereu Almeida			Dops-GB
Newton Pires Monssores	Operário Naval (?)		CAM (of. 0717)
Ney Carlos dos Santos		"municípios da 2ª região policial"	Dops-RJ (mem. 6/64)
Niilo de Azevedo			Sec. Justiça do Est. GB
Nilson Amaro Biaes			CAM (of. 0717)
Nilton Mendes de Vasconcellos			CAM (of. 0717)
Nilton Teixeira Bastos	Operário Naval (?)		Dops-RJ (mem. 6/64)
Nilton Teixeira Bastos			Dops-RJ (mem. 6/64)
Nilton Ursula			Dops-RJ (mem. 6/64)
Odair Barros de Oliveira			Dops-GB
Olinto de Oliveira			CAM (of. 0717)
Orlando Francisco Azevedo			Dops-GB
Ormino Pereira da Fonseca	Operário Naval (?)		CAM (of. 0717)
Osmar Joaquim Soares	Operário Naval (?)		CAM (of. 0717)
Oswaldo Gonçalves Dias			Dops-RJ (mem. 6/64)
Oswaldo Martins da Silva		Caxias	Dops-RJ (mem. 6/64)
Oswaldo Farias de Albuquerque		Trajano de Moraes	Dops-GB
Otaclio Domingos de Oliveira	Operário Naval (?)		CAM (of. 0717)

Otavio Agostinho de Souza				Dops-GB
Otávio Ferreira de Azevedo				Dops-RJ (mem. 6/64)
Otevaldo da Silva				Dops-RJ (mem. 8/64)
Paulo Cesar Pimentel	Médico			PMERJ
Paulo Dias	Advogado			PMERJ
Paulo Perez Quevedo	Engenheiro			PMERJ
Paulo Perez Quevedo (?)				
Pedro Afonso Menezes de Albuquerque Mello Filho	Operário Naval (?)			Dops-GB
Pedro Alves Filho (?)				
Pedro Gomes dos Santos				Dops-GB
Rafaelis Faria	Advogado		Cabo Frio	PMERJ
Reginaldo José Tourinho Sobrinho				Dops-RJ (of. 261/64)
Ricardo Moacyr Leite e Santos	Médico			PMERJ
Roberto Bussinger de Figueiredo	Funcionário Público			PMERJ
Roberto José da Silva				Dops-RJ (of. 261/64)
Roberto Paiva Muniz	Advogado			PMERJ
Roberto Senra Pessanha	Advogado			PMERJ
Ruy Cavalcanti Pessoa				CAM
Ruy Jorge Dancort (Dancuart)			Nova Friburgo	Dops-GB
Salvador Alves de Almeida				CAM (of. 0717)
Sebastião (Acioly de Lima) Lopes			Cabo Frio	Dops-GB
Sergio Manzino				CAM (of. 0717)
Severino de Oliveira	Jornalista		Itaboraí	PMERJ
Severino Viegas dos Santos				CAM
Silvio Ribeiro da Cruz				CAM
Sinfrônio Muniz Correa (?)				
Stanislau Antonio Soares				Dops-RJ (of. 261/64)
Tarcisio Tupinambás Gomes	Advogado			PMERJ
Tasso Chaves de Moura	Professor			PMERJ
Telmes Basílio de Nascimento				Dops-GB
Teodoro José Puppe				Sec. Justiça do Est. GB
Uruzima Rodrigues				CAM (of. 0717)
Vitório Gomes de Carvalho				Dops-GB

Waldemar Ferreira da Silva	Médico		PMERJ
Waldemar José Ribeiro			Dops-GB
Waldemir Luiz Antonio			Dops-GB
Waldemiro Cruz			CAM (of. 0717)
Waldir Curvelo			CAM
Waldir Perez Quevedo	Médico		PMERJ
Walter Quaresma Costa			CAM
Walther Batista dos Santos			CAM (of. 0717)
Walther Machado			CAM (of. 0717)
Werne Lowenthal	Médico		PMERJ
White Abraão (Withé Abrahão)	Professor	Duque de Caxias	PMERJ
Wilson Sampaio Menezes			Dops-GB
Yone Nunes			Dops-GB
Yoshya Yakaoka			Dops-GB
Zalmir Silva			CAM